

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Faculdade de Letras
Curso de Especialização em Ensino e Gramática

ALINE NARDES DOS SANTOS

**O ENSINO DE CONCEPÇÕES DE GRAMÁTICA NO CONTEXTO DE UM
CURSO DE LETRAS: uma proposta voltada a alunos ingressantes**

Belo Horizonte

2025

Aline Nardes dos Santos

**O ENSINO DE CONCEPÇÕES DE GRAMÁTICA NO CONTEXTO DE UM
CURSO DE LETRAS: uma proposta voltada a alunos ingressantes**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Ensino e Gramática: a Interação entre a Visão Gramatical e as Abordagens Contemporâneas, da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito para a obtenção do diploma de Especialista em Ensino e Gramática.

Orientadora: Prof.^a Dra. Heloísa Maria Moraes Moreira Penna

Belo Horizonte

2025



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE LETRAS DA UFMG
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GRAMÁTICA E ENSINO

ATA DE DEFESA DE MONOGRAFIA/TCC

Nome do aluno: Aline Nardes dos Santos

Às 14:00 horas do dia 08 de setembro de 2025, reuniu-se na Faculdade de Letras da UFMG a Comissão Examinadora indicada pela coordenação do Curso de Especialização em Gramática e Ensino: Teoria Gramatical e Abordagens Contemporâneas para julgar, em exame final, o trabalho intitulado **O ENSINO DE CONCEPÇÕES DE GRAMÁTICA NO CONTEXTO DE UM CURSO DE LETRAS: UMA PROPOSTA VOLTADA A ALUNOS INGRESSANTES**, requisito final para obtenção do Grau de Especialista em Gramática e Ensino. Abrindo a sessão, a banca, após dar conhecimento aos presentes do teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passaram a palavra ao candidato para apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a arguição pelos examinadores com a respectiva defesa do candidato. Logo após, a Comissão se reuniu sem a presença do candidato e do público para julgamento e expedição do resultado final. Foram atribuídas as seguintes indicações:

A Profa. Allana Mátar de Figueiredo indicou a aprovação do candidato;

A Profa. Juliana Barros Nespoli indicou a aprovação do candidato;

Pelas indicações, o candidato foi considerado Aprovado.

Nota final: 100/100.

O resultado final foi comunicado publicamente ao candidato pela banca. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a sessão, da qual foi lavrada a presente ATA que será assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora.

Documento assinado digitalmente
gov.br JULIANA BARROS NESPOLI
Data: 16/09/2025 21:06:12-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Documento assinado digitalmente
gov.br ALLANA MATAR DE FIGUEIREDO
Data: 17/09/2025 09:47:00-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

*Dedico este trabalho a meus alunos e alunas da
Universidade Federal do Rio Grande (FURG) – Campus
São Lourenço do Sul.*

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Prof.^a Dra. Heloísa Penna, que me guiou na realização deste trabalho de forma sempre dedicada e atenciosa, não apenas com o necessário rigor, mas também com afeto e incentivo.

A meus demais professores da Especialização em Gramática e Ensino da UFMG, cujos ensinamentos foram cruciais para que eu consolidasse a minha formação e a proposta deste trabalho.

A meus colegas do CEGRAE, em especial, àqueles que auxiliaram constantemente a turma com envios de arquivos, avisos, lembretes e palavras de incentivo, do início ao fim do curso.

À minha mãe, Rosane; a meu pai, Paulo; e à minha irmã, Thalyta, pelo apoio inestimável em todos os meus projetos. Ao meu namorado, Lucas, por seu amor e cumplicidade; por sua escuta atenta em tantas partilhas nossas sobre ensinar, pesquisar, ler, viver. Sorte minha em ter vocês.

Ao meu amigo e colega Lauro Gomes, parceiro de intermináveis conversas (e altas risadas) em torno das multissemoses que nos atravessam como docentes-pesquisadores-aprendentes. À minha amiga e colega Alessandra Martins, parceira de tantas caminhadas, com quem sempre aprendo a (re)enxergar a leveza da vida.

A meus alunos da Universidade Federal do Rio Grande, que muito me ensinam sobre língua e gramática. É com vocês que este trabalho ganha sentido.

“Gosto de ser gente porque, inacabado, sei que sou um ser condicionado, mas, consciente do inacabamento, sei que posso ir mais além dele.” (Freire, 1996, p. 53).

RESUMO

Este trabalho tem como contexto o ensino de concepções de gramática a estudantes ingressantes em um curso de Letras. Seu problema de pesquisa assenta-se na complexidade de se abordar a gramática em sala de aula (Abreu-Tardelli, 2017), considerando-se toda a polissemia do termo (Antunes, 2014) e respectivas tipologias. No âmbito do primeiro semestre do curso de Letras onde a autora atua, em geral, os/as estudantes chegam à primeira disciplina voltada ao tema com o desejo de aprender gramática em uma perspectiva unicamente prescritiva, dado que é a única vertente com que se familiarizaram ao longo da educação básica. Diante disso, o objetivo geral do estudo foi construir um plano de ensino adequado para a disciplina de Introdução à Gramática, que compõe o primeiro semestre do curso de Licenciatura em Letras – Português e Literaturas de Língua Portuguesa, da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Campus São Lourenço do Sul. O percurso metodológico envolveu a revisão bibliográfica acerca do termo gramática, abrangendo seu caráter polissêmico. Também incluiu uma revisão de PPCs de cursos de Letras de outras universidades federais do Rio Grande do Sul, tendo como foco questões gramaticais abordadas; e ainda considerou as orientações de documentos nacionais acerca do ensino de gramática – nomeadamente, as “Diretrizes Curriculares Nacionais” (Brasil, 2002, 2019) e a “Base Nacional Comum Curricular” (Brasil, 2018). Com fundamento nessas reflexões, propôs-se uma revisão do plano de ensino para a disciplina de “Introdução à Gramática”, organizando ementa, conteúdo, cronograma e referências. Esse renovado plano de ensino buscou refletir as concepções de ensino-aprendizagem investigadas na revisão bibliográfica, bem como os pressupostos pedagógicos que compõem o PPC (Projeto Pedagógico de Curso) do referido curso.

Palavras-chave: concepções de gramática; ensino de gramática; gramática normativa; gramática descritiva; ensino superior.

ABSTRACT

This work is set in the context of teaching concepts of grammar to students entering an Undergraduate Portuguese Course. Its research problem is based on the complexity of approaching grammar in the classroom (Abreu-Tardelli, 2017), considering the full polysemy of the term (Antunes, 2014) and its respective typologies. Within the scope of the first semester of the Portuguese program where the author works, students generally arrive at the first discipline focused on the topic with the desire to learn grammar from an exclusively prescriptive perspective, as this is the only approach they have become familiar with throughout their basic education. Given this, the general objective of the study was to construct an appropriate teaching plan for the discipline of Introduction to Grammar, which is part of the first semester of the Undergraduate Course in Portuguese and Portuguese Language Literatures, at the Federal University of Rio Grande (FURG), São Lourenço do Sul Campus. The methodological approach involved a bibliographic review on the term grammar, covering its polysemic nature. It also included a review of the Pedagogical Course Projects (PPCs) of Language Studies programs from other federal universities in Rio Grande do Sul, focusing on the grammatical issues addressed; and it further considered the guidelines from national documents regarding the teaching of grammar – namely, the "National Curriculum Guidelines" (Brasil, 2002, 2019) and the "Common National Curriculum Base" (Brasil, 2018). Based on these reflections, a revision of the teaching plan for the "Introduction to Grammar" discipline was proposed, organizing the syllabus, content, schedule, and references. This renewed teaching plan sought to reflect the teaching-learning concepts investigated in the bibliographic review, as well as the pedagogical assumptions that make up the PPC (Pedagogical Course Project) of the aforementioned program.

Keywords: concepts of grammar; grammar teaching; prescriptive grammar; descriptive grammar; higher education.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
1.1 Objetivos	10
1.2 Justificativa	11
1.3 Metodologia	7
2 REFERENCIAL TEÓRICO	8
2.1 Gramática: breve histórico, concepções e categorias.....	8
2.2 Gramática e ensino: o que dizem documentos oficiais e Projetos Pedagógicos de Curso	15
2.2.1 Documentos oficiais nacionais e a formação docente em Letras	16
2.2.2 Ensino de gramática em Projetos Pedagógicos de Curso e grades curriculares: panorama local de universidades públicas.....	20
2.2.2.1 Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	21
2.2.2.2 Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).....	23
2.2.2.3 Universidade Federal do Pampa (Unipampa)	26
2.2.2.4 Universidade Federal de Pelotas (UFPeI)	29
2.2.2.5 Discussão: o foco gramatical das disciplinas iniciais do Curso de Letras	34
3 UMA PROPOSTA DE PLANO DE ENSINO PARA A DISCIPLINA DE INTRODUÇÃO À GRAMÁTICA	37
3.1 A Universidade Federal do Rio Grande (FURG): contextualização e normativas institucionais	37
3.2 Proposta de plano de ensino	41
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	51
REFERÊNCIAS	55
ANEXO A – PROPOSTA DE AVALIAÇÃO INDIVIDUAL DISSERTATIVA 1	60
ANEXO B – PROPOSTA DE ROTEIRO DE EXPLORAÇÃO DE PREFÁCIOS E SUMÁRIOS DE GRAMÁTICAS NORMATIVAS	61
ANEXO C – PROPOSTA DE AVALIAÇÃO INDIVIDUAL DISSERTATIVA 2	62
ANEXO D – PROPOSTA DE ORIENTAÇÃO PARA O SEMINÁRIO SOBRE CLASSES GRAMATICAIIS EM DIFERENTES GRAMÁTICAS NORMATIVAS	63

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa se propõe a estudar o ensino de concepções de gramática a estudantes ingressantes em um curso de Letras. O problema de pesquisa tem como contexto a complexidade da abordagem gramatical em âmbito acadêmico, considerando-se toda a polissemia do termo ‘gramática’ (Antunes, 2014) e a tipologia de suas concepções. No âmbito do primeiro semestre do curso de Letras onde atuo, na Universidade Federal do Rio Grande – FURG, Campus São Lourenço do Sul/RS, em geral, os/as estudantes chegam à primeira disciplina voltada ao tema com o desejo de aprender gramática em uma perspectiva unicamente prescritiva, dado que é a única vertente com que se familiarizaram ao longo da educação básica. Conforme o percurso avança, os desafios se ampliam, visto que minha proposta de abordar concepções de gramática no ensino superior entra em conflito com a expectativa discente de aprender regras advindas de concepções normativas.

Aqui vale pontuar que, quando afirmo que os estudantes se familiarizaram com uma perspectiva prescritiva de gramática na educação básica, não me refiro a seu conhecimento amplo e necessário a uma formação sólida em língua portuguesa, pois há evidências de que esses alunos não o receberam, de fato, em seus anos do Ensino Fundamental e Médio – vide dificuldades de alguns em conceituar e identificar, por exemplo, uma classe gramatical, mesmo que somente por uma perspectiva mais normativa. Conforme resultados de avaliações diagnósticas que tenho aplicado, como docente em disciplina introdutória do curso de Letras, ingressantes geralmente entendem conhecimento gramatical como equivalente à memorização de definições provenientes da Gramática Tradicional e, desse modo, não apresentam um entendimento do que ela significa, para que foi criada e para que modalidades de expressão linguística se aplica. A exemplo disso, é comum a expectativa de alguns em, a partir de uma disciplina, no caso a de *Introdução à Gramática Normativa*, “finalmente conseguirem decorar as regras dos porquês”, dentre outros conteúdos mencionados nessas atividades de sondagem.

Assim, a justificativa da pesquisa emerge dessa inquietação sobre os rumos a serem propostos nas próximas edições dessa disciplina, de modo que se fomente a construção de um espaço aberto a perspectivas críticas sobre a(s) gramática(s). Nesta direção, o que defendo neste trabalho, com base em minha experiência como docente

em tal contexto, é que se faz cada vez mais necessário tornar tal disciplina um espaço de reflexão acerca dos diferentes sentidos e categorias do termo gramática. Em especial, é preciso apresentar e discutir as (des)continuidades entre as perspectivas *normativa*, como paradigma que parte do “modelo da gramática ocidental tradicional” (Neves, 2002, p. 45), e *descritiva*, no sentido de produto de investigações decorrentes da observação científica do sistema linguístico – categoria que Barbosa (2014) denomina *científico-descritiva*. Com isso, a partir dos resultados a serem alcançados neste estudo, considero que terei condições de propor que o atual nome da disciplina, *Introdução à Gramática Normativa*, futuramente seja alterado para “Concepções de Gramática”, uma vez que se pretende ampliar seu conteúdo e atuar metodologicamente de forma diferenciada do até então proposto.

1.1 Objetivos

O objetivo geral deste estudo é construir um plano de ensino adequado para a disciplina de *Introdução à Gramática*¹, considerando o percurso acadêmico realizado nesta especialização e também nas minhas experiências prévias nesse contexto de docência no ensino superior, processos que se entrelaçam na escrita da presente monografia.

Os objetivos específicos são:

- a) Realizar uma revisão da literatura acerca do caráter polissêmico da palavra *gramática*, abordando os tipos de gramática e o emprego do termo em diferentes contextos;
- b) Verificar o que registram os documentos oficiais sobre o ensino de gramática na universidade, bem como mapear e analisar uma amostragem de Projetos Pedagógicos de Curso voltados ao tema da gramática em cursos de Letras de universidades públicas do RS;
- c) Refletir sobre o conteúdo do Projeto Pedagógico de Curso (PPC) do Curso de Letras – Português e Literaturas de Língua Portuguesa, da FURG – Campus

¹ Dado que se propõe consolidar um percurso reflexivo que abranja diferentes tipos de gramática, ao longo do texto, o termo “normativa” será por vezes omitido quando da referência ao nome da disciplina.

São Lourenço do Sul, acerca do ensino de gramática proposto e do perfil do egresso almejado;

- d) Propor um plano de ensino para a disciplina de *Introdução à Gramática* a partir das considerações exauridas nas etapas anteriores.

1.2 Justificativa

Este estudo se justifica, em primeiro lugar, por um motivo de ordem prática, relacionado à minha experiência docente e aos conhecidos desafios em se abordar gramática no âmbito de uma licenciatura. O que me motivou a cursar a Especialização em “Ensino e Gramática: a Interação entre a Visão Gramatical e as Abordagens Contemporâneas”, cujo processo formativo culmina neste trabalho, foi o conjunto de disciplinas pelo qual sou responsável no contexto do Curso de Letras – Português e Literaturas de Língua Portuguesa da Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Tal conjunto compõe o percurso acadêmico inicial dos licenciandos em Letras, que abrange as etapas do ensino de gramática – desde sua introdução, passando pela Morfossintaxe, pela Sintaxe e desembocando nas Práticas de Linguagem II e II (contexto de disciplinas que servem como preparação para os estágios). O Quadro de Sequência Lógica (QSL) atual do Curso pode ser conferido na Figura 1², em que estão destacadas as disciplinas obrigatórias que compõem o percurso, tendo como objeto o ensino da gramática.

Diante das primeiras vivências na referida Instituição, e também a partir das minhas experiências prévias na educação básica, cresceram as inquietações acerca do papel das aulas de gramática no ensino superior, considerando-se, em especial, as demandas da escola, no ensino fundamental e médio, bem como as expectativas e angústias dos graduandos em relação à sua atual competência gramatical e à aquisição de conhecimento da gramática para sua futura atuação como docentes de língua portuguesa. Pelo quadro descrito das expectativas dos discentes a respeito do que é aprender gramática, e da experiência acadêmica que mostra que ensinar gramática vai

² Para melhor visualização, o QSL do Curso é parcialmente exibido na Figura 1. Em azul, constam as disciplinas obrigatórias. O rol de disciplinas optativas, em amarelo, estende-se para além das que aparecem nesse recorte.

além de expor apenas uma concepção dela, faz-se necessário o ajuste desse conteúdo em prol de um ensino mais conectado com as pesquisas linguísticas no campo gramatical. Assim, para estudantes do primeiro semestre, costumo ministrar a disciplina de *Introdução à Gramática Normativa*, buscando trabalhar a polissemia do termo 'gramática' à luz de diferentes perspectivas, para além da tradicional.

Segue o Quadro de Sequência Lógica (QSL) atual do Curso de Letras onde atuo, em que estão destacadas as disciplinas obrigatórias que compõem o percurso de Licenciatura em Português com foco no ensino da gramática.

Figura 1 – Quadro de Sequência Lógica (QSL) do Curso de Letras – Português e Literaturas de Língua Portuguesa, FURG –
Campus São Lourenço do Sul

Período 1 432 a = 360 h	Período 2 360 a = 300 h	Período 3 360 a = 300 h	Período 4 360 a = 300 h	Período 5 522 a = 435 h	Período 6 522 a = 435 h	Período 7 540 a = 450 h	Período 8 396 a = 330 h
06497 LIBRAS I Semestral 4/72a = 60h	06498 LIBRAS II Semestral 4/72a = 60h Pré-requisito(s)	06703 Est. Lit. Port. Semestral 4/72a = 60h Pré-requisito(s)	06707 Est. Lit. Brasil. I Semestral 4/72a = 60h Pré-requisito(s)	06710 Est. Lit. Bras. II Semestral 4/72a = 60h Pré-requisito(s)	06720 Est. Teo. da Lit. Semestral 4/72a = 60h Pré-requisito(s)	06955 Pro.Extensão Cult.II Semestral 4/144a = 120h	
06694 Int. est. lit. Semestral 4/72a = 60h	06698 Lit. Ocíd. Semestral 4/72a = 60h	06704 Est. Líng. II Semestral 4/72a = 60h Pré-requisito(s)	06708 Est. Fon. Fono. Semestral 4/72a = 60h	06712 Est. Enun. e Dis. Semestral 4/72a = 60h Pré-requisito(s)	06940 Semântica e Ensino Semestral 4/72a = 60h Pré-requisito(s)	06954 Pro.Extensão Cult.I Anual 4/144a = 120h	
06697 Int. Gram. Norm. Semestral 4/72a = 60h	06699 Est. Ling. I Semestral 4/72a = 60h	06705 Sint. Int. Semestral 4/72a = 60h Pré-requisito(s)	06709 Sint. Ext. Semestral 4/72a = 60h Pré-requisito(s)	06952 Prát.Ling.Ens.Fundam Semestral 10/180a = 150h	06941 Est.Lit.Bras.Contemp Semestral 4/72a = 60h Pré-requisito(s)	06949 Estágio Curr.Sup.II Anual 7/252a = 210h Pré-requisito(s)	
06936 Prát.Leit.Prod.Texto Semestral 4/72a = 60h	06700 Morfosintaxe Semestral 4/72a = 60h Pré-requisito(s)	06706 Soc. Ens. Lín. Port. Semestral 4/72a = 60h	09783 Pol. Púb. Educ. Semestral 4/72a = 60h	09781 Didática Semestral 4/72a = 60h	06953 Prát.Ling.Ens.Médio Semestral 10/180a = 150h	06948 Estágio Curr.Sup.I Anual 7/252a = 210h Pré-requisito(s)	
06937 Gêneros Tex.Ed.Básic Semestral 4/72a = 60h	09437 Elem. Soc. da Educ. Semestral 2/36a = 30h	06711 Est. Lit. Afric. Lín Semestral 4/72a = 60h Pré-requisito(s)	10518 Psic. Educação Semestral 4/72a = 60h	09807 Est.Cu.Sup. I E.Fund Semestral 7/126a = 105h	09808 Est.Cu.Sup. II E.Me. Semestral 7/126a = 105h Pré-requisito(s)	06714 Lit. Inf. e Juv. Semestral 4/72a = 60h Pré-requisito(s)	06387 Ing. Instr. Leitura Semestral 3/54a = 45h
06938 Leit.Esc.Acadêmica Semestral 4/72a = 60h	09782 Elem. Fil. Educ. Semestral 2/36a = 30h				090044 Edu. Inklus. Semestral 2/36a = 30h	06945 Estilística e Ensino Semestral 2/36a = 30h Pré-requisito(s)	06551 Tó. Li. Lí. Po. II Semestral 3/54a = 45h Pré-requisito(s)
						06947 Texto e Argumentação Semestral 2/36a = 30h	06722 Top. Cont. Bras. Semestral 2/36a = 30h

Fonte: FURG (2025a).

Ministrar as quatro disciplinas gramaticais dos anos iniciais e mediais de graduandos que, nesse caso, cursam a modalidade da licenciatura é muito rico e desafiador, pois se percebe que as vivências com gramática na educação básica por vezes entram em conflito com o panorama de concepções gramaticais que se busca apresentar. Ao encontro disso, Neves (2002, p. 230-231) chega a abordar certa “opressão” que docentes universitários sofrem ao serem incumbidos do ensino de gramática, da pesquisa nesse campo e do diálogo com os profissionais da educação básica – o qual nem sempre ocorre de maneira produtiva:

Essa mesma questão pode ser focalizada do ângulo da "opressão" sobre o professor universitário. Ainda não se resolveu muito bem no Brasil o que significa essa "dedicação exclusiva" ou "integral" à pesquisa e à docência e nem se resolveu bem o trinômio "pesquisa", "docência" e "prestação de serviços à comunidade" em que se movem – ou se atolam? – os professores nas universidades. Atuar junto ao ensino fundamental e médio é prestar serviços à comunidade? [...] Pensando bem, o que não terá havido – e não está havendo, no geral – é diálogo!

Nesse sentido, o trabalho que proponho parte de uma demanda local, mas que abrange uma demanda mais ampla relacionada ao ensino de Língua portuguesa, em que se busca a articulação entre saberes teóricos sobre os diferentes tipos de gramática e sua construção junto a futuros professores, para que, de posse desse conhecimento, possam praticar, de forma consciente e de modo eficiente, o ensino de Língua Portuguesa em suas salas de aula. Tal ponto de vista dialoga com o que defende Celani (2016, p. 548) quando diz que “As teorias deveriam servir para informar e aprimorar práticas e oportunidades. O que gostaria de deixar claro, aqui, é que as teorias existem para serem transformadas em prática, na sala de aula, por exemplo.” A autora, nesse artigo, reitera uma perspectiva “indisciplinar” de Linguística Aplicada (MOITA LOPES, 2006), por meio da qual se entende que a teorização das práticas linguísticas pode inclusive se modificar a partir do momento em que se consideram os saberes locais. Diante disso, entendo que as perspectivas trazidas pelos alunos não devem ser entendidas meramente como “faltas”, mas também como saberes com os quais é necessário dialogar para se propor um percurso pedagógico que faça sentido. É com tal perspectiva que busco, como produto deste trabalho, propor um plano de ensino para a referida disciplina, que sirva de base para as outras de mesmo perfil temático. Tal plano, por seu perfil introdutório e orientador de percurso

no que concerne ao ensino da gramática, também poderá ter um potencial de relevância a outros contextos/cursos de licenciatura em Letras.

1.3 Metodologia

Os procedimentos metodológicos deste trabalho envolverão revisão bibliográfica acerca do termo gramática, abrangendo seu caráter polissêmico, e do ensino de gramática no contexto universitário. Também incluirá uma análise documental de alguns Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) de Letras, tendo como foco o componente curricular de gramática em suas grades; e ainda considerará as orientações de documentos nacionais acerca do ensino de gramática – nomeadamente, as “Diretrizes Curriculares Nacionais” (Brasil, 2009, 2012) e a “Base Nacional Comum Curricular” (Brasil, 2018).

Com apoio nessas bases de conhecimento, será proposto um plano de ensino para a referida disciplina, organizando ementa, conteúdo, cronograma e referências consultadas para o desenvolvimento das aulas. Esse plano refletirá as concepções de ensino-aprendizagem investigadas na revisão bibliográfica, bem como os pressupostos pedagógicos que compõem os documentos do referido curso.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Este trabalho parte de um já conhecido fato no campo dos estudos sobre gramática, qual seja, o da polissemia do termo e sua vinculação a diferentes perspectivas de uso, de ensino e de investigação sobre a língua portuguesa (Antunes, 2017; Franchi, 2011; Abreu-Tardelli, 2017). Além disso, a proposta de um plano de ensino pressupõe um entendimento acerca de documentos orientadores para o Ensino superior, em especial o das “Diretrizes Nacionais Curriculares para os cursos de Letras e a formação de professores” (Brasil, 2002, 2019). Importante ainda considerar como os cursos de Letras têm se estruturado em relação ao ensino de gramática visando à formação de profissionais nesse campo.

Diante disso, na primeira parte deste capítulo, realizaremos uma revisão teórica voltada às concepções de gramática, aos tipos de gramática categorizados na literatura especializada, bem como aos desafios que têm sido elencados nessa área de estudos. Na segunda parte, abordaremos os principais documentos oficiais atinentes à questão e analisaremos uma amostra de Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) de Letras, verificando a presença e o conteúdo de disciplinas que se voltam ao estudo da gramática no primeiro ano de formação.

2.1 Gramática: breve histórico, concepções e categorias

Os estudos da linguagem e o percurso da tradição gramatical, em toda a sua complexidade, inter-relacionam-se e, por vezes, se sobrepõem para constituir o grande campo da Linguística como o vislumbramos hoje (Kristeva, 1988, p. 71). Diante disso, é relevante compreendermos um primeiro sentido de gramática como aquele assentado na tradição gramatical, nascida com as primeiras descrições hindus do Sânscrito, visando a padronizar a língua sânscrita de forma rigorosa e sistemática; tal atividade foi “concebida na Grécia Clássica e no período alexandrino como *a arte de ler e escrever*”, especificamente no período entre os séculos V e IV antes de Cristo (Brito, 2010, p. 1, grifo da autora). Ao encontro disso, Neves (2002, p. 18-19) explica que,

[...] na história do pensamento grego, a gramática, como busca do mecanismo interno à língua, como busca do sistema de regras responsável

pelo cálculo das condições de produção de sentido, precedeu a gramática como descrição, com vistas à prescrição, de determinados usos da língua [...].

Nesse sentido, no Ocidente, os principais personagens da evolução das perspectivas sobre a linguagem e a gramática são os filósofos gregos (séc. V. a.C.) e os alexandrinos (séc. III a.C.). Uma primeira perspectiva de estudos gramaticais que podemos identificar é aquela indissociada do pensamento filosófico propriamente dito, em que se questiona, por exemplo, "a relação entre o pensamento e a palavra, isto é, entre a coisa e o seu nome". (Borba, 1967, p. 12-13). Tais preocupações são o cerne de textos como o Crátilo, de Platão. Já Aristóteles foi o filósofo que contribuiu para a sistematização lógica do conhecimento das categorias gramaticais. Também é de se destacar a importante trajetória dos estoicos, que realizaram relevantes pesquisas etimológicas (Borba, 1967, p. 14) em busca da verdade – tarefa primordial dos filósofos, com vistas ao alcance da sabedoria. Tal busca da sabedoria, e seu emprego na pólis grega, contrapôs filósofos a sofistas; estes últimos pretendiam “formar os jovens com vista a uma futura intervenção na pólis, a fazer deles bons dirigentes, ou seja, dotá-los de uma *technê politikê* que lhes dará a *aretê* política”. (Ferreira, 2010, p. 37). Instalou-se, entre filósofos e sofistas, a querela do uso dialético da linguagem em contraposição ao uso retórico: ensinar a verdade ou ensinar a vencer em todas as discussões? Nesse sentido, o cultivo sofista da linguagem para o convencimento, com conseqüente desenvolvimento de recursos figurados para a expressão oratória, muito colaborou na elaboração de parte significativa da gramática alexandrina.

Somente no período helenístico, com os estudiosos da Biblioteca de Alexandria, é que passamos a ter propriamente uma disciplina gramatical, no intento de preservar uma tradição linguística por meio do estudo das produções de grandes escritores, em um contexto de difusão da cultura helenística. Exemplo disso é a obra *Téchné grammatiké*, de Dionísio da Trácia (170-90 a.C.), pioneiro na descrição sistemática do grego ático, embora sem abordar a sintaxe. Por ser o primeiro tratado gramatical supérstite do mundo ocidental e por ter iniciado a tradição das gramáticas normativas, é interessante conhecer sua definição, nas palavras do autor Dionísio Trácio (*Tekh. gram.*, I, 1):

A gramática é o conhecimento empírico do que é dito, frequentemente, nos poetas e prosadores. Seis são suas partes: a primeira, leitura exercitada segundo a prosódia; a segunda, a exegese dos tropos poéticos encontrados; a terceira, a atualização espontânea dos termos obscuros e das histórias; a quarta,

a busca pela etimologia; a quinta, a consideração da analogia; a sexta, a avaliação dos poemas, a qual é o que há de mais belo de todas que há na arte.

Outro expoente grego de destaque, um século mais tarde, foi Apolônio Díscolo, que, beneficiando-se da obra de seu antecessor e desenvolvendo a análise das funções, foi tido como “o marco da consideração da sintaxe como ponto central da análise linguística” (Neves, 2002, p. 69), o que o torna, segundo Borba (1967, p. 15), “o mais importante gramático da Alexandria”. Nesse âmbito, a gramática também assume o papel de livro didático com vistas à preservação das melhores construções da escrita.

Assim, a *grammatiké* dos filólogos de Alexandria era “instrumento de cultivo de preservação de valores” (NEVES, 1987, p. 40-41). Em tal cenário, o estabelecimento de regras e a sistematização de padrões de uso considerados superiores consolidou-se como princípio fundamental dos primeiros estudos gramaticais, que constituíram uma *ciência normativa* (Kristeva, 1988, p. 165). Ao encontro disso, gramáticas como a de Dionísio, o Trácio, revelam explicitamente seu intuito de preservar o que há de melhor na língua escrita, de modo a aperfeiçoar, assim, a fala. Seu objetivo primordial era o de promover uma identidade sólida de nação, tendo como inspiração os melhores escritores da época – considerados os mais “bem acabados” usuários de sua língua (Mattos e Silva, 2000, p. 12). Por exemplo, gramáticos como Dionísio observavam as regras emergentes do texto de bons escritores e as definiam como “as melhores”, aquelas que deveriam ser seguidas.

Entre os séculos II a.C. a VI d.C., os romanos foram tributários da tradição filosófica e gramatical dos gregos, cujas obras literárias denotavam considerável complexidade em relação ao latim – o qual passou a registrar obras com tal profundidade somente seis séculos depois. No entanto, na época da chegada da Gramática Grega em solo latino, a literatura do Lácio já dava sinais de amplo desenvolvimento, o que facilitou a adaptação dessas regras gramaticais aos exemplos de escrita dos autores romanos. O *De Lingua Latina*, do gramático Varrão (116-27 a.C.), citado pelos gramáticos posteriores (Quintiliano, Aulo Gélcio, Carísio, Prisciano, Isidoro e Donato), exemplifica essa recepção pragmática dos latinos da Gramática Grega:

Assim é que a organização da Gramática clássica como legado grego, em suma, sistematizada pelos Alexandrinos, alcança uma projeção divulgativa através dos gramáticos da época romana, voltados para um pragmatismo que os leva a reduzir a quadros sistemáticos a especulação teórica construída pelos gregos. (Buescu, 1971 apud Leão, 1983, p. 7-8).

Em suma, os estudiosos romanos se apropriaram da estrutura das gramáticas gregas para construir uma gramática do latim. Alguns dos gramáticos que podemos destacar nessa empreitada são os citados Varrão, que aplicou a gramática grega ao latim para investigar os processos de analogia e anomalia; Quintiliano, cuja obra explorou conceitos como significante, linguagem, fala e palavra; Donato, que explorou detalhadamente as letras e suas correspondências fônicas; e Prisciano, pioneiro na elaboração de uma descrição sintática latina (Borba, 1967; Neves, 2002; Valenza, 2007).

Por meio de tal resgate histórico, é possível compreender que nossas gramáticas tradicionais ocidentais ainda reverberam as categorias e os critérios postulados, primeiramente, pelos filósofos gregos, aperfeiçoados pelos filólogos de Alexandria, ajustados em recortes específicos pelos gramáticos gregos, adaptados e divulgados, por fim, em todo ocidente pelos gramáticos latinos. Trata-se de um caminho que originou o que Vieira (2018, p. 10) denomina de Paradigma Tradicional de Gramatização³ (PTG), o qual

[...] se constituiu a partir de uma ramificação dos estudos linguísticos oriundos da filosofia grega clássica e se tornou o mentor teórico-metodológico e socioideológico do que tradicionalmente vem se entendendo por gramática desde os gramáticos alexandrinos da Antiguidade aos gramáticos normativos brasileiros de hoje. Apesar das diferenças incontestáveis entre, por exemplo, a *Tékhne Grammatikē*, de Dionísio Trácio (séc. I a.C.), e a *Nova gramática do português contemporâneo*, de Cunha & Cintra (séc. XX), há um feixe de traços compartilhados por essas duas obras e por mais tantas outras distantes entre si no tempo e no espaço.

Não é nada nova a conclusão de que os propósitos de gramáticas tradicionais, em sua gênese, não eram compatíveis com uma perspectiva de ciência, cuja visão moderna veio a nascer muito depois dos primeiros estudos gramaticais. No entanto, ainda deparamos com o lugar-comum de “pichar a gramática tradicional” (Neves, 2002, p. 228), tornando-a a grande culpada pelas mazelas do ensino de língua. Já no século II, a crítica aos gramáticos e à gramática reverberava entre os filósofos céticos, que apontavam mais anomalias que analogias no uso linguístico:

³ Define-se como gramatização “o processo que conduz a descrever e a instrumentar uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalinguístico: a gramática e o dicionário.” (Auroux, 1992, p. 65 apud Vieira, 2018, p. 9).

Sexto Empírico⁴ discordava que a analogia dos gramáticos tivesse alguma coisa a nos ensinar: para se falar grego, bastava observar. As regras gramaticais eram inúteis e a gramática não poderia ser considerada uma arte – o que desqualificava seus interlocutores, os gramáticos, como especialistas que se julgavam ser. (El-Jaick, 2009, p. 101).

Além disso, podemos considerar insustentável a afirmação de que as gramáticas tradicionais não seriam também descritivas: “É por isso que Moura Neves (2009a⁵) tem razão quando julga problemático chamar de normativa a gramática tradicional, pois tal denominação não reflete integralmente a natureza das obras. Precisamente, trata-se de um construto descritivo-normativo [...]”, com “finalidade normativa” (Vieira, 2015, p. 95-96), que reverbera nas chamadas gramáticas tradicionais contemporâneas. Por outro lado, Bechara (2014, p. 20) é um exemplo de gramático que considera o termo *tradicional* pejorativo e toma o *normativo* como atributo legítimo de sua obra, focada, segundo ele, em “recomendar um modelo de língua, assinalando as construções ‘corretas’ e rejeitando as ‘incorretas’, ou não recomendadas pela tradição culta”.

Essa reflexão é importante para situarmos as escolhas terminológicas que guiam este trabalho, em que associamos, conforme já disposto na introdução, o termo *gramática normativa* ao “modelo da gramática ocidental tradicional” (Neves, 2002, p. 45), e o termo *descritiva*, ou *científico-descritiva* (Barbosa, 2014), às gramáticas que são produto da observação científica do sistema linguístico. Tal escolha, no entanto, não tem o intento de desconsiderar que, além de gramáticas normativas também terem um compromisso com a descrição de padrões a serem seguidos, as gramáticas decorrentes de teorias linguísticas também prescrevem em alguma medida: “[...] deve lembrar-se que, se gramática não tem que ver com norma, por outro lado o desempenho eficiente, ciente, em certos registros, depende da conformação do texto a determinados padrões vigentes e aceitos na sociedade.” (Neves, 2002, p. 229).

Vale pontuar que as gramáticas brasileiras voltadas à descrição linguística com base em estudos científicos, ou as *gramáticas dos linguistas*, como chamado por Vieira (2018), são fruto da multiplicidade de estudos que ganharam força na segunda metade

⁴ *Contra os gramáticos*, obra de Sexto Empírico, filósofo do segundo século de nossa era, consistia em uma espécie de “antítese, uma anti-arte da gramática, com o objetivo de destruir o livro de Dionísio linha por linha [...]”. (El-Jaick, 2009, p. 101).

⁵ Referência disponível na tese de Vieira (2015, p. 434): NEVES, Maria Helena de Moura. *Que gramática estudar na escola? Norma e uso na língua portuguesa*. 3.ed. São Paulo: Contexto, 2009a.

do século XX, “ampliando significativamente a compreensão sobre a língua de fato corrente em solo brasileiro, agora chamada, pela maioria dos pesquisadores das mais diferentes filiações teóricas, de português brasileiro (PB)” (Vieira, 2018, p. 239). O autor destaca que as perspectivas linguísticas que mais influenciaram tais iniciativas de publicação são as estruturais, as gerativistas e as funcionalistas, esta última abrangendo áreas como a Sociolinguística, a Linguística Cognitiva e a Linguística Textual. Apesar de representarem uma “virada no processo de gramatização brasileira do português” (Vieira, 2018, p. 241), segundo o estudo de Vieira, essas obras não representam um novo paradigma em vigor, mas sim criam outras frentes de gramatização alinhadas a contextos de pesquisa linguísticas, de modo que

[...] ora se afastam, ora se aproximam da tradição gramatical, pois, embora concordem que os fundamentos teóricos e taxonômicos da tradição não são suficientes, em geral não os substituem por um paradigma teórico-metodológico claro e muitas vezes naturalizam o aparato descritivo da tradição. Além disso, se tais gramáticas reconhecem e valorizam diversas formas e construções da morfossintaxe dos brasileiros, historicamente marginalizadas ou mesmo vetadas pelos puristas, também não deixam de recortar e uniformizar a língua descrita quando escolhem uma variedade/modalidade/registro que parece valer mais a pena ser gramatizada. (Vieira, 2018, p. 242).

Diante disso, é possível observar que se estabelece uma relação de continuidade, e não de ruptura, entre essas gramáticas embasadas em teorias linguísticas e aquelas que representam mais prototipicamente o Paradigma Tradicional de Gramatização. Dito de outro modo, entre as obras de referência que tinham como cerne *a arte de ler e de escrever*, e as *gramáticas dos linguistas*, permanece uma finalidade comum, embora com nuances diferentes conforme o rumo epistemológico escolhido: “A finalidade de qualquer gramática de referência é a busca das regularidades, a especificação da sistematicidade da atividade linguística” (Neves, 2002, p. 86).

No campo dessas continuidades, é importante delinear a rede de significados que se constitui a partir do termo “gramática”, dado seu caráter fundamentalmente polissêmico. Antunes (2007, p. 25) busca uma sistematização a partir de cinco diferentes sentidos, conforme disposto a seguir:

Na verdade, quando se fala em gramática, pode-se estar falando:
a) das regras que definem o funcionamento de determinada língua, como em: “a gramática do português”; nessa acepção, a gramática corresponde ao

- saber intuitivo que todo falante tem de sua própria língua, a qual tem sido chamada de "gramática internalizada";
- b) das regras que definem o funcionamento de determinada norma, como em: "a gramática da norma culta", por exemplo;
- c) de uma perspectiva de estudo, como em: "a gramática gerativa", "a gramática estruturalista", "a gramática funcionalista"; ou de uma tendência histórica de abordagem, como em: "a gramática tradicional", por exemplo;
- d) de uma disciplina escolar, como em "aulas de gramática";
- e) de um livro, como em "a Gramática de Celso Cunha".

O primeiro sentido (a) delineado pela autora remete a uma perspectiva cognitiva acerca da língua como sistema que se desenvolve nos indivíduos e propicia os mecanismos de aquisição de linguagem. Tal mecanismo já foi objeto de estudo dos gramáticos de Port-Royal, no século XVII, na perspectiva de que a gramática de uma língua se define como um conjunto de processos mentais, que são universais. O gerativismo chomskyano é continuador dessa ideia, que passa pelo conceito da linguística cartesiana (a palavra "cartesiano" faz referência ao pensamento de René Descartes, proeminente filósofo do século XVII). Essa visão, de que as características gerais da estrutura gramatical são comuns a todas as línguas e refletem certas propriedades fundamentais da mente, considera que temos uma capacidade inata para aprender uma língua natural. Desse modo, sustenta-se a hipótese de que a aquisição linguística de um sujeito não esteja assentada em estímulos externos à sua cognição (Kenedy, 2013). Tal sentido de gramática é um dos que Antunes (2007) insere na terceira categoria (c), a de perspectiva de estudo, cujas áreas de conhecimento já foram mencionadas nesta seção.

Por sua vez, o segundo sentido (b) associa-se à tradição gramatical como disciplinadora dos usos considerados mais "corretos". Esse aspecto é intrínseco à definição de gramática como a arte que ensina a falar e a escrever bem, pois vem da origem motivadora de sua criação pelos gramáticos da Biblioteca de Alexandria, que tinham como objetivo a preservação do idioma grego registrado por seus principais autores. Tal sentido, ligeiramente adaptado, modificado em suas atualizações e ainda hoje preservado para as línguas nacionais, pode-se ver em definições cunhadas por gramáticos como Rocha Lima (2011, p. 38): "É uma disciplina, didática por excelência, que tem por finalidade codificar o 'uso idiomático', dele induzindo, por classificação e sistematização, as normas que, em determinada época, representam o ideal da expressão correta." Trata-se da área propulsora, em grande parte, daquilo que se entende como aula de gramática – sentido (d) –, ainda presente em contextos

educacionais nos quais esse estudo ocorre de forma separada das aulas de produção textual (Antunes, 2007).

Por fim, o sentido de gramática como livro, tomo, é aquele mais comum, abrangendo diferentes tipos de publicações que, em perspectiva mais tradicional ou mais linguística, explicitam padrões a serem tomados como referência de acordo com o escopo da obra. Vieira (2015, p. 127) sumariza a heterogeneidade dessas obras ao longo da história, argumentando que não houve uma doutrina gramatical tão homogênea quanto se costuma pensar:

Ao contrário, foram várias as vertentes de tratamento dos fatos linguístico-gramaticais na história da linguística ocidental: a vertente *lógico-filosófica*, de Platão e Aristóteles, dos estoicos e modistas, dos gramáticos de Port-Royal; a vertente *histórico-comparativa*, do espírito positivista do século XIX; a vertente *sistêmico-estrutural*, de Saussure, Bloomfield, Hjelmslev e, também, ainda que de uma perspectiva racionalista, Chomsky; as vertentes *interdisciplinares*, oriundas da virada linguística da década de 1960, que resultaram nas disciplinas da macrolinguística – a sociolinguística, a pragmática, a linguística de texto, a análise do discurso etc.; e, por fim (mas não por último), a vertente *filológico-normativa*, dos gramáticos gregos e latinos, dos vernaculistas renascentistas e [...] dos gramáticos da tradição normativa luso-brasileira ao longo de quase cinco séculos de produção de gramáticas do português. (Vieira, 2015, p. 127, grifos do autor).

Tendo em vista esse complexo território epistemológico sobre o qual se movimentam as diferentes concepções de gramática, resultando em “uma área de muitos conflitos” (Antunes, 2007, p. 22) que permeiam o cotidiano dos docentes de língua portuguesa, consideramos que tais discussões necessitam ter lugar, mesmo que de forma mais introdutória, em uma disciplina de um curso de Letras direcionada a alunos ingressantes. Para isso, é também necessário levar em conta as orientações de documentos oficiais e o modo como projetos pedagógicos de curso brasileiros têm lidado com essa questão – aspecto que é tema da seção a seguir.

2.2 Gramática e ensino: o que dizem documentos oficiais e Projetos Pedagógicos de Curso

Os documentos normativos que regem a educação brasileira são fundamentais para balizarem os percursos de ensino que podem ser propostos em instituições educacionais. Diante disso, nesta seção, buscamos aduzir e inter-relacionar documentos oficiais brasileiros, no que diz respeito às orientações que devem ser

consideradas ao se repensar uma disciplina em um curso de licenciatura em Letras. Em um segundo momento, abordamos a estrutura de Projetos Político-Pedagógicos dos Cursos (PPCs) de universidades públicas federais situadas no Rio Grande do Sul, como forma de refletirmos sobre as possíveis contribuições de seu desenho curricular para as alterações a serem propostas à disciplina de *Introdução à Gramática*, no âmbito da Universidade Federal do Rio Grande – Campus São Lourenço do Sul.

2.2.1 Documentos oficiais nacionais e a formação docente em Letras

Um primeiro documento a ser mencionado como basilar à educação brasileira é a Constituição Federal (Brasil, 1988) que, em seu artigo 13, registra que a língua portuguesa é o idioma oficial do Brasil. Isso implica, entre outras obrigações, que todos os documentos, leis, processos administrativos e atos oficiais devem ser redigidos em português. Dessa forma, o acesso pleno a essa língua deve ser facilitado para permitir a comunicação e a interação entre os cidadãos e os seus direitos. Nesse sentido, o governo é o garantidor da educação como “direito de todos e dever do Estado e da família”. Em seu artigo 206, a Carta Magna também estabelece que deve haver “igualdade de condições” para que os estudantes possam acessar a escola e nela permanecer. Dentre outros pontos, esse artigo também determina a gratuidade do ensino público e sua gestão democrática. Este último aspecto pode ser relacionado à própria atribuição dos processos de alteração curricular ao corpo docente e gestor de um curso de graduação, em especial aos que compõem o seu Núcleo Docente Estruturante, nos termos da Resolução n.º 1 da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Brasil, 2010).

Normativa fundamental também é a “Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional” – Lei n.º 12.796, de 04 de abril de 2013 –, que dispõe sobre a formação dos profissionais da educação e dá outras providências (Brasil, 2013). Em sua versão mais recente, alterando a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Brasil, 1996), ela determina a obrigatoriedade do ensino regular desde a Educação Infantil. É essa lei que também estabelece a licenciatura plena, em instituição de ensino superior, como formação docente necessária para atuação nos anos finais do ensino fundamental e

no ensino médio. Além disso, estipula que “Os currículos dos cursos de formação de docentes terão por referência a Base Nacional Comum Curricular” (Brasil, 2013).

Nesse âmbito, é importante também considerar a BNC-Formação (Brasil, 2019), atinente à formação inicial de professores da educação básica, que se organiza em três dimensões fundamentais: I - conhecimento profissional, II - prática profissional e III - engajamento profissional. Quanto à dimensão I, a primeira competência específica consiste em “dominar os objetos de conhecimento e saber como ensiná-los” (Brasil, 2019, p. 2). Dentre outras competências, esta última é fundamental para o desenvolvimento das que compõem a dimensão II, quais sejam:

§ 2º As competências específicas da dimensão da prática profissional compõem-se pelas seguintes ações: I - planejar as ações de ensino que resultem em efetivas aprendizagens; II - criar e saber gerir os ambientes de aprendizagem; III - avaliar o desenvolvimento do educando, a aprendizagem e o ensino; e IV - conduzir as práticas pedagógicas dos objetos do conhecimento, as competências e as habilidades. (Brasil, 2018, p. 2).

Por sua vez, a “Base Nacional Comum Curricular” (Brasil, 2018) se estrutura por meio de dez competências gerais a serem desenvolvidas, ao longo do percurso da educação básica, a partir de habilidades específicas que atravessam cada área de conhecimento – a exemplo da área de Linguagens. Dentre essas competências, destacamos: *argumentação*, que pressupõe o uso de recursos linguísticos e repertório sociocultural para construir argumentos baseados em direitos humanos e postura ética; pensamento *científico, crítico e investigativo*, a ser desenvolvido por meio de situações que coloquem o aluno como agente que investiga diferentes hipóteses em sala de aula; e *comunicação*, englobando a interação e a produção de sentidos em diferentes contextos (Brasil, 2018).

Dentre as orientações para a área de Linguagens no Ensino Fundamental, destaca-se que “Os conhecimentos sobre os gêneros, sobre os textos, sobre a língua, sobre a norma-padrão, [...] devem ser mobilizados em favor do desenvolvimento das capacidades de leitura, produção e tratamento das linguagens [...]” (Brasil, 2018). Por sua vez, no ensino médio, a BNCC propõe um interessante percurso reflexivo que mobilize o aluno a contrapor gramática normativa e descrição linguística, embora se saliente que o ensino de “norma-padrão”, relacionado a certos gêneros, permaneça em foco:

No Ensino Médio, aprofundam-se também a análise e a reflexão sobre a língua, no que diz respeito à contraposição entre uma perspectiva prescritiva

única, que segue os moldes da abordagem tradicional da gramática, e a perspectiva de descrição de vários usos da língua. Ainda que continue em jogo a aprendizagem da norma-padrão, em função de situações e gêneros que a requeiram, outras variedades devem ter espaço e devem ser legitimadas. (Brasil, 2018, p. 504).

Em relação ao termo “norma-padrão”, frequente na BNCC, é importante pontuar que autores como Faraco (2008) consideram a norma-padrão brasileira como aquela que, forjada no seio de uma elite conservadora, baseia-se primordialmente nos registros de escritores portugueses do Romantismo. Nesse sentido, afirma o autor que “[...] a norma-padrão, enquanto realidade léxico-gramatical, é um fenômeno relativamente abstrato.” (Faraco, 2008, p. 79). Tal norma de referência “[...] não conseguiu se estabelecer de fato, isto é, não conseguiu orientar o modo como falamos ou escrevemos a língua portuguesa no Brasil” (Faraco, 2008, p. 84); e se diferencia das chamadas variedades cultas/comuns/*standard*, concretizadas por falantes escolarizados em diferentes contextos de uso monitorado. Diante disso, sua obra salienta os desafios de repensarmos a norma-padrão escrita brasileira, “porque continuamos assombrados pela norma-padrão escrita fixada no século XIX” (Faraco, 2008, p. 87). Assim, consideramos primordial que o docente de língua portuguesa, ao longo de seu percurso de graduação em Letras, aproprie-se desses conceitos e se posicione criticamente acerca de regras da norma-padrão que devam ou não ser enfocadas na escola.

No contexto das normativas voltadas aos cursos de Letras no Brasil, o Parecer CNE/CES n.º 492 (Brasil, 2019, p. 29) enfatiza, tal qual a LDBEN, a gestão democrática nas instituições e “o exercício da autonomia universitária, ficando a cargo da Instituição de ensino superior definições como: perfil profissional, carga horária, atividades curriculares básicas, complementares e de estágio.” Além disso, em consonância com a BNC-Formação, tais diretrizes salientam um perfil do egresso que tenha senso crítico e conhecimento significativo acerca da linguagem verbal, de sua estrutura e suas interfaces:

[...] o profissional em Letras deve ter domínio do uso da língua ou das línguas que sejam objeto de seus estudos, em termos de sua estrutura, funcionamento e manifestações culturais, além de ter consciência das variedades linguísticas e culturais. Deve ser capaz de refletir teoricamente sobre a linguagem, de fazer uso de novas tecnologias e de compreender sua formação profissional como processo contínuo, autônomo e permanente. A pesquisa e a extensão, além do ensino, devem articular-se neste processo. O profissional deve, ainda,

ter capacidade de reflexão crítica sobre temas e questões relativas aos conhecimentos linguísticos e literários. (Brasil, 2019, p. 30).

Outro aspecto que também é reforçado em documentos que já abordamos aqui é o “domínio dos conteúdos básicos que são objeto dos processos de ensino e aprendizagem no ensino fundamental e médio” (Brasil, 2019, p. 30). São destacados dois grandes eixos do currículo dos cursos, quais sejam, os de *Estudos Linguísticos* e os de *Estudos Literários*, ambos comprometidos com a língua e a literatura em suas dimensões sociais. Pontua-se, ainda que “deverão ser incluídos os conteúdos definidos para a educação básica” (Brasil, 2019, p. 30). Ou seja, no âmbito do ensino de gramática, entendemos que é fundamental propiciar aos licenciandos uma formação crítica acerca da gramática normativa, em diálogo com os estudos linguístico-descritivos contemporâneos, de modo que o futuro docente esteja preparado para realizar os percursos reflexivos propostos na BNCC, do ensino fundamental ao ensino médio, assumindo uma postura crítica e reflexiva em sala de aula.

No que concerne à estruturação dos cursos de Letras, as Diretrizes Nacionais, respeitando a autonomia universitária salientada no início do documento, não estipulam uma estrutura homogênea a ser seguida. Exige-se apenas que os Projetos Pedagógicos de Curso explicitem os critérios para definição das disciplinas que comporão os percursos tanto obrigatórios quanto eletivos ao longo da formação do licenciando. Ao encontro disso, a Resolução CNE/CES n.º 18 (Brasil, 2002) aponta que, além de seguirem o Parecer n.º 492, os PPCs devem incluir os elementos elencados a seguir:

Art. 2º O projeto pedagógico de formação acadêmica e profissional a ser oferecida pelo curso de Letras deverá explicitar: a) o perfil dos formandos nas modalidades bacharelado e licenciatura; b) as competências gerais e habilidades específicas a serem desenvolvidas durante o período de formação; c) os conteúdos caracterizadores básicos e os conteúdos caracterizadores de formação profissional, inclusive os conteúdos definidos para a educação básica, no caso das licenciaturas; d) a estruturação do curso; e) as formas de avaliação. (Brasil, 2002, p. 1).

Em 2015, o Conselho Nacional de Educação publicou as “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior” (Brasil, 2015), abrangendo não apenas licenciaturas, mas também cursos de formação pedagógica para graduados e aqueles voltados a quem realiza uma segunda licenciatura. Nesse documento, dentre os princípios da Formação de Profissionais do Magistério da

Educação Básica, destacamos “a articulação entre a teoria e a prática no processo de formação docente”, contemplando a “sólida formação teórica e interdisciplinar dos profissionais” (Brasil, 2015, p. 7-8). Especificamente quanto à formação inicial, as Diretrizes indicam a necessidade de se ofertar um “projeto formativo que assegure aos estudantes o domínio dos conteúdos específicos da área de atuação, fundamentos e metodologias, bem como das tecnologias” (Brasil, 2015, p. 12).

As DCNs para Formação Inicial em Nível Superior preveem que um mínimo de 1.200 horas, em cursos de formação inicial em licenciatura, seja distribuído em atividades pertencentes ao núcleo I (que abrange formação geral e áreas específicas do respectivo curso) e ao núcleo II (atinente ao aprofundamento e à diversificação do currículo, voltando-se, em especial, aos contextos pedagógicos). Nesse sentido, consideramos que a disciplina de *Introdução à Gramática* se alinha ao eixo I, em especial ao primeiro item que o compõe: “a) princípios, concepções, conteúdos e critérios oriundos de diferentes áreas do conhecimento, incluindo os conhecimentos pedagógicos, específicos e interdisciplinares [...]” (Brasil, 2015, p. 12).

Observamos, assim, que a formação sólida preconizada em tal normativa, assim como nos documentos anteriores, é constantemente associada aos saberes teóricos, didáticos e científicos que devem instrumentalizar o licenciando em sua respectiva área do conhecimento. Tais aspectos remetem à síntese que Franchi (2006, p. 32) realiza ao discernir aquilo que o professor de língua portuguesa deve saber, no que se refere a conhecimentos gramaticais:

Há, portanto, uma grande diferença entre o que o professor ensina (e as atividades de linguagem e de gramática que coordena) e o que ele deve saber, em matéria gramatical: – deve saber muito bem a gramática da modalidade culta; – deve saber compreender a gramática da modalidade de seus alunos (e todas as questões relativas à variação linguística); – deve dispor de um bom aparelho descritivo (pelo menos o que nos oferece a gramática tradicional) para ser capaz de analisar expressões nessas diferentes modalidades, compará-las, identificar os seus contrastes e, eventualmente, discorrer sobre tudo isso.

2.2.2 Ensino de gramática em Projetos Pedagógicos de Curso e grades curriculares: panorama local de universidades públicas

Nesta seção, buscamos verificar como outras universidades públicas do RS organizam seu PPC no que se refere ao ensino de gramática, ou a temas

relacionados, a alunos ingressantes. Tendo em vista a necessidade de recorte, e dado que o foco deste trabalho não é realizar uma análise aprofundada de tais documentos, mas instituir uma base de comparação, optamos por partir dos mais recentes resultados do ENADE publicados pelo Ministério da Educação (Brasil, 2021), em edição que incluiu os cursos de Letras. Trata-se dos resultados de 2021, dado que, até o momento de finalização deste trabalho, os dados relativos ao ENADE 2024, que também abrangem os cursos de Letras, ainda não haviam sido divulgados.

Tendo em vista as categorias que organizam a planilha do Ministério da Educação, filtramos os dados por meio dos seguintes parâmetros: Estado: RS; Área de Avaliação: Letras-Português; Grau Acadêmico: Licenciatura; Categoria Administrativa: Universidade Federal; Modalidade de Ensino: Educação Presencial. Com isso, chegamos a quatro cursos de Licenciatura em Letras – Português pertencentes às seguintes instituições: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), campus-sede, em Porto Alegre; Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), em Santa Maria; Universidade Federal do Pampa (Unipampa), Campus Bagé; e Universidade Federal de Pelotas (UFPeL), em Pelotas. O curso da Universidade Federal do Rio Grande, Campus Rio Grande, foi desconsiderado, tendo em vista sua similaridade com o currículo do curso no Campus São Lourenço do Sul, em especial quanto às disciplinas de gramática e de linguística.

O panorama a seguir concentra-se nas disciplinas ofertadas por essas instituições em seu primeiro ano (primeiro e segundo semestres), considerando o foco no percurso ofertado a alunos ingressantes.

2.2.2.1 Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), nos dois primeiros semestres do curso de Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa, oferta as disciplinas de *Conceitos Básicos de Linguística* (semestre 1) e de *Estudos Linguísticos I e Visão Crítica da Gramática* (semestre 2), todas com quatro créditos (60 horas-aula). A imagem a seguir exhibe a disposição dessas disciplinas no quadro curricular:

Figura 2 – Quadro de disciplinas da UFRGS (Curso de Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa, 1º ano)

Etapa 1		
Código	Disciplina/Pré-Requisito	Carga Horária
LET03371	<u>CONCEITOS BÁSICOS DE LINGÜÍSTICA</u>	60
LET01441	<u>ELEMENTOS DE LATIM I</u>	75
LET01431	<u>LEITURA E PRODUÇÃO TEXTUAL</u>	60
LET03357	<u>LEITURAS ORIENTADAS I</u>	45
LET01009	<u>LITERATURA BRASILEIRA A</u>	60
LET01011	<u>LITERATURA PORTUGUESA I</u>	60
EDU01005	<u>SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO I - A</u>	30
Etapa 2		
Código	Disciplina/Pré-Requisito	Carga Horária
LET01442	<u>ELEMENTOS DE LATIM II</u> ELEMENTOS DE LATIM I	75
LET03372	<u>ESTUDOS LINGÜÍSTICOS I</u> CONCEITOS BÁSICOS DE LINGÜÍSTICA	60
EDU01004	<u>HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: HIST. DA ESCOLARIZAÇÃO BRAS. E PROC. PEDAGÓGICOS</u>	30
LET03358	<u>LEITURAS ORIENTADAS II</u> LEITURAS ORIENTADAS I	45
LET01010	<u>LITERATURA BRASILEIRA B</u>	60
LET01012	<u>LITERATURA PORTUGUESA II</u>	60
LET01017	<u>PANORAMA DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS SOBRE AS LÍNGUAS DE SINAIS</u>	60
EDU03022	<u>POLÍTICAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA</u>	30
LET01432	<u>VISÃO CRÍTICA DA GRAMÁTICA</u> LEITURA E PRODUÇÃO TEXTUAL	60

Fonte: UFRGS (2025).

Quadro 1 – Súmulas das disciplinas *Conceitos Básicos de Linguística* e de *Estudos Linguísticos I* e *Visão Crítica da Gramática* (UFRGS)

LET 03371 - CONCEITOS BÁSICOS DE LINGÜÍSTICA

Créditos: 4 Carga Horária: 60

Disponível para Matrícula Extracurricular: Sim

Tipo da Atividade de Ensino: Disciplina

Súmula

Linguagem e língua. Características da linguagem humana: dupla articulação, sistematicidade e criatividade. Abordagem linguística e abordagem normativa. Conceitos básicos da linguística contemporânea: sincronia e desempenho, gramaticalidade e aceitabilidade. Estruturalismo. Níveis de análise: fonologia, morfologia, sintaxe, semântica e pragmática. Língua e sociedade.

LET03372 - ESTUDOS LINGÜÍSTICOS I

Créditos: 4 Carga Horária: 60

Disponível para Matrícula Extracurricular: Sim

Tipo da Atividade de Ensino: Disciplina

Súmula

Fonética e Fonologia: abordagem estrutural e traços distintivos. Sintaxe: abordagem gerativa. Morfologia.

LET01432 - VISÃO CRÍTICA DA GRAMÁTICA

Créditos: 4 Carga Horária: 60

Disponível para Matrícula Extracurricular: Sim

Tipo da Atividade de Ensino: Disciplina

Súmula

Discussão dos critérios na definição dos conceitos gramaticais. Dificuldades da gramática tradicional no processo de sistematização.

Fonte: adaptado de UFRGS (2025, p. 88-91).

Na súmula da disciplina *Conceitos Básicos de Linguística*, o ponto “abordagem linguística e abordagem normativa” pressupõe uma reflexão acerca das aproximações e distanciamentos entre esses dois eixos. Ainda são abrangidos os conceitos linguísticos de gramaticalidade e aceitabilidade, bastante difundidos na teoria gerativa (Santana, 2017). Em *Estudos Linguísticos I*, no segundo semestre, o foco são a fonética e a fonologia (em abordagem estruturalista), e a sintaxe gerativa. Quanto à morfologia, não são explicitados os vieses teóricos privilegiados. Já a disciplina *Visão Crítica da Gramática*, embora traga uma ementa bem mais sucinta, permite-nos inferir que a gramática normativa e suas limitações são o foco do percurso, que busca revisitar critérios de definição de categorias gramaticais.

2.2.2.2 Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

Por sua vez, na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), em seu curso de Letras – Habilitação Português e Literaturas de Língua Portuguesa, o primeiro semestre não conta com disciplinas voltadas a estudos linguísticos e gramaticais para além de *Fonética e Fonologia do Português*, cujo foco são processos fonéticos e fonológicos à luz de perspectivas estruturalistas e gerativistas. Somente no segundo semestre, os alunos cursam as disciplinas de *Introdução aos Estudos Linguísticos* e de *Morfossintaxe da Língua Portuguesa*, ambas com carga horária de 60 horas (quatro créditos).

Figura 3 - Quadro de disciplinas da UFSM (Curso de Licenciatura em Letras – Habilitação Português e Literaturas de Língua Portuguesa, 1º ano)

1º Semestre		
Nome		Carga Horária
i Fonética e Fonologia da Língua Portuguesa	i Equivalências Programa	60h
i Introdução Aos Estudos Literários: Narrativa	i Equivalências Programa	60h
i Leitura e Produção Textual: Princípios Básicos	i Equivalências Programa	60h
i Literatura Brasileira I: Narrativa	i Equivalências Programa	60h
i Literatura Greco-Latina	i Equivalências Programa	30h

2º Semestre		
Nome		Carga Horária
i Introdução Aos Estudos Linguísticos	i Equivalências Programa	60h
i Introdução Aos Estudos Literários: Lírica	i Equivalências Programa	60h
i Leitura e Produção Textual: Letramento Acadêmico	i Equivalências Requisitos Programa	60h
i Literatura Brasileira II: Lírica	i Equivalências Programa	60h
i Morfossintaxe da Língua Portuguesa	i Equivalências Programa	60h
i Políticas Públicas e Gestão na Educação Básica A	i Equivalências Programa	60h

Fonte: UFSM (2025).

O objetivo da disciplina introdutória de linguística é a exploração dos diferentes níveis de análise, especificados, no programa, como “fonético/fonológico, morfológico e sintático”. Constam a bibliografia básica e a complementar, voltadas às obras clássicas da Linguística do século XX, como o *Curso de Linguística Geral*, de Saussure. A bibliografia complementar também inclui obras introdutórias sobre linguística (vide Quadro 2). Já a disciplina de *Morfossintaxe da Língua Portuguesa* abrange processos morfológicos e flexionais das palavras, desembocando na exploração das classes gramaticais e em aspectos atinentes ao ensino desses fenômenos na escola. Tanto a bibliografia básica quanto a complementar enfocam obras de linguistas brasileiros, indicando que o percurso não prevê cotejos entre abordagens linguístico-descritivas e gramáticas normativas.

Quadro 2 – Programas das disciplinas *Introdução aos Estudos Linguísticos e Morfossintaxe da Língua Portuguesa (UFSM)*⁶

Nome: INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS LINGÜÍSTICOS	
Objetivos	
Compreender os conceitos fundamentais que envolvem os estudos linguísticos e identificar diferentes níveis de análise linguística.	
PROGRAMA	
UNIDADE 1 - ESTUDOS DA LINGUAGEM	BIBLIOGRAFIA
1.1 - Conceitos básicos.	BIBLIOGRAFIA BÁSICA
1.2 - Objetos empíricos e objetos teóricos.	CAMARA JR, J. Princípios de linguística geral. Rio de Janeiro: Acadêmico, 1970.
UNIDADE 2 - LÍNGUA: SISTEMA, ESTRUTURA E FUNÇÃO	CHOMSKY, N. Linguagem e mente. Brasília: UNB, 1998.
2.1 - Língua e sistema.	JAKOBSON, R. Linguística e comunicação. São Paulo: Cultrix, 1969.
2.2 - Língua e estrutura.	SAUSSURE, F. Curso de linguística geral. São Paulo: Cultrix, 1975.
2.3 - Língua e função.	
UNIDADE 3 - LÍNGUA: COMPETÊNCIA	BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
3.1 - Bases teóricas.	CAMARA JR, J. História da linguística. Petrópolis: Vozes, 1979.
3.2 - Competência.	FIORIN, J. (org.) Introdução à linguística. V.1 e V. 2. São Paulo: Contexto, 2003.
UNIDADE 4 - LÍNGUA: NÍVEIS DE ANÁLISE	ORLANDI, E. O que é linguística. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.
4.1 - Fonético/Fonológico.	RAPOSO, E. Teoria da gramática: a faculdade da linguagem. Lisboa: Caminho, 1992.
4.2 - Morfológico.	
4.3 - Sintático.	

Nome: MORFOSSINTAXE DA LÍNGUA PORTUGUESA	
Objetivos	
Compreender os conceitos básicos de morfologia. Descrever e classificar os elementos que compõem as palavras do português. Analisar a constituição do léxico da língua e compreender os processos de formação de palavras. Entender a relação entre classe de palavra e função no sintagma frasal. Relacionar os conceitos teóricos da morfossintaxe ao ensino e aprendizagem da língua portuguesa.	
Conteúdo Programático	
PROGRAMA	
UNIDADE 1 - INTRODUÇÃO ÀS QUESTÕES CLÁSSICAS DA MORFOLOGIA	
1.1 - Definição e objeto da morfologia.	
1.2 - As noções de palavra e morfema.	
1.3 - A distinção entre flexão e derivação.	
UNIDADE 2 - A morfologia gramatical do português	
2.1 - A flexão nominal no português.	
2.2 - A flexão verbal no português.	
2.3 - O tratamento da flexão em materiais didáticos e gramáticas.	
UNIDADE 3 - A morfologia lexical do português	
3.1 - Os processos derivacionais e suas funções.	
3.2 - A composição e outros processos de formação de palavras.	
3.3 - O tratamento da derivação e da composição nos materiais didáticos e gramáticas.	
UNIDADE 4 - Classes de palavras	
4.1 - Definição e critérios de identificação das classes.	
4.2 - Relação entre classe e função no sintagma frasal.	
4.3 - O tratamento da distinção entre as classes de palavras na análise tradicional e nos materiais didáticos.	

⁶ Dada a especificidade da disciplina de *Fonética e Fonologia*, não exibimos na íntegra a sua ementa, no caso desta e das demais matrizes curriculares.

BIBLIOGRAFIA**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

BASÍLIO, M. Teoria lexical. São Paulo: Ática, 2003.

CÂMARA Jr., J. M. Estrutura da língua portuguesa. Petrópolis: Vozes, 2001.

SCHWINDT, L. C. (org.). Manual de linguística: fonologia, morfologia e sintaxe. Petrópolis: Vozes, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BASÍLIO, M. Formação e classes de palavras no português do Brasil. São Paulo: Contexto, 2004.

FIGUEIREDO SILVA, M. C.; MEDEIROS, A. B. Para Conhecer Morfologia. São Paulo: Contexto, 2016.

KEHDI, V. Morfemas do Português. 3ª ed. São Paulo: Ática, 1996.

ROCHA, L. C. de A. Estruturas Morfológicas do Português. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

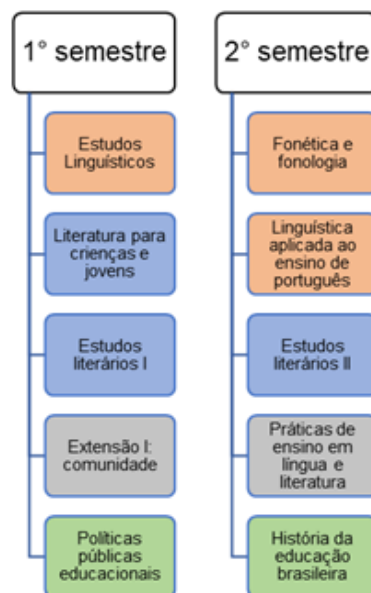
SILVA, M. C. P. S; KOCH, I. G. V. Linguística Aplicada ao Português: morfologia. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 1993.

Fonte: adaptado de UFSM (2020).

2.2.2.3 Universidade Federal do Pampa (Unipampa)

A Universidade Federal do Pampa (Unipampa) oferta o Curso de Licenciatura em Letras – Português e Literaturas de Língua Portuguesa, no Campus Bagé. Quanto às disciplinas atinentes a conhecimentos linguísticos e gramaticais, sua matriz curricular, no primeiro ano de curso, inclui *Estudos Linguísticos* (1º semestre), *Fonética e Fonologia*, e *Linguística Aplicada ao Ensino de Português* (2ª semestre), todas com 60 horas (quatro créditos).

Figura 4 – Quadro de disciplinas da Unipampa (Curso de Licenciatura em Letras – Português e Literaturas de Língua Portuguesa, 1º ano)



Fonte: Unipampa (2025).

Quadro 3 – Programas das disciplinas *Estudos Linguísticos*, *Fonética e Fonologia*, e *Linguística Aplicada ao Ensino de Português* (Unipampa)

<p>Componente Curricular: ESTUDOS LINGÜÍSTICOS Carga horária total: 60h</p> <p>Ementa Visão geral do fenômeno da linguagem. Estudo das principais teorias linguísticas e de seus conceitos básicos.</p> <p>Objetivo Geral: Refletir sobre o desenvolvimento dos estudos linguísticos pela análise de teorias que têm a linguagem como objeto.</p> <p>Objetivos Específicos: Compreender conceitos básicos dos estudos linguísticos. Compreender as diferentes concepções de linguagem, relacionando-as às teorias estudadas. Identificar as principais correntes teóricas dos estudos linguísticos. Conhecer teóricos fundamentais e seus textos- fonte. Refletir sobre as relações entre estudos linguísticos e ensino. Desenvolver habilidades de leitura e de escrita a partir do estudo dos textos teóricos.</p>
--

Referências Bibliográficas Básicas

BENVENISTE, E. **Problemas de linguística Geral I**. 5. ed. Campinas, SP: Pontes, 2005.

FIORIN, J. L. (Org.). **Introdução à linguística**: I. Objetos teóricos. São Paulo: Contexto, 2002.

_____. **Introdução à linguística**: II. Princípios de análise. São Paulo: Contexto, 2003.

MAINGUENEAU, D. **Introdução à linguística**. Lisboa: Gradiva, 1997.

MARTELOTTA, M. E. et al. **Manual de linguística**. São Paulo: Contexto, 2008.

ORLANDI, E. P. **O que é linguística**. São Paulo: Brasiliense, 2009.

PAVEAU, Marie-Anne; SARFATI, G-É. **As grandes teorias da linguística**: da gramática comparada à pragmática. São Carlos: Claraluz, 2006.

SAUSSURE, F. **Curso de linguística geral**. São Paulo: Cultrix, 2006.

* Bibliografia mais atualizada poderá ser indicada pelo professor no seu plano de ensino no momento da oferta do componente curricular.

Componente Curricular: **LINGÜÍSTICA APLICADA AO ENSINO DE PORTUGUÊS**

Ementa

Definições e subáreas da Linguística Aplicada. Linguística aplicada à leitura, à escrita e ao ensino de gramática. Estudos e discussões de trabalhos voltados ao ensino de língua portuguesa como língua materna. Concepções teórico-metodológicas, advindas de diferentes áreas do conhecimento, que embasam o ensino da leitura/escrita no contexto escolar. A carga horária não presencial será destinada a um trabalho que permita aos alunos uma ampliação de suas habilidades de leitura e escrita pertinentes às competências teóricas desenvolvidas nas atividades presenciais da disciplina.

Objetivo Geral:

Conhecer e produzir trabalhos acadêmicos em linguística aplicada ao ensino de língua portuguesa e/ou literatura.

Objetivos Específicos:

- Refletir sobre o percurso da leitura/escrita nos contextos histórico, social e escolar.
- Refletir sobre diferentes abordagens e metodologias de ensino-aprendizagem de língua portuguesa e literatura, experimentá-las e problematizá-las.
- Dialogar com propostas curriculares nacionais e regionais para o ensino de língua portuguesa e literatura.

Referências Bibliográficas Básicas

- BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. In: **Estética da criação verbal**. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000, p. 279-287.
- BUNZEN, C.; MENDONÇA, M. (Org.). **Português no ensino médio e formação do professor**. São Paulo: Parábola, 2006.
- DOLZ, J.; SCHNEUWLY, B. **Gêneros orais e escritos na escola**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2004.
- FRANCHI, C.; NEGRÃO, E.; MÜLLER, A. L. **Mas o que é mesmo “gramática”?** São Paulo: Parábola, 2006.
- GERALDI, J. W. **A aula como acontecimento**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010.
- KLEIMAN, A. B. **A formação do professor: perspectivas da linguística aplicada**. Campinas: Mercado de Letras, 2001
- MACHADO, A. R. (Org.). **O ensino como trabalho: uma abordagem discursiva**. Londrina: EDUEL, 2004.
- POSSENTI, S. **Por que (não) ensinar gramática na escola**. Campinas: Mercado de Letras, 1996.


Fonte: adaptado de Unipampa (2022).

O percurso ofertado na disciplina de Estudos Linguísticos, nessa instituição, remete à estrutura de disciplinas homônimas como a da UFSM, propiciando uma introdução a conceitos basilares à Linguística. Já a disciplina Linguística Aplicada ao Ensino de Português traz uma proposta diferente quanto aos ementários anteriores, mencionando, como um de seus temas, “Linguística aplicada à leitura, à escrita e ao ensino de gramática” (Unipampa, 2022, p. 128). Dentre as referências disponibilizadas, destacamos a conhecida obra “Mas o que é mesmo ‘gramática’?” (Franchi, 2006), que aborda e situa diferentes concepções de gramática no âmbito do ensino e da formação docente.

2.2.2.4 Universidade Federal de Pelotas (UFPeI)

Por fim, a Universidade Federal de Pelotas (UFPeI) inclui, no primeiro semestre do Curso de Letras – Português, uma disciplina denominada Introdução aos Estudos Gramaticais e Linguísticos. O segundo semestre conta com as disciplinas Língua Portuguesa: Fonologia, e Linguística Geral I. As três disciplinas são de quatro créditos.

Figura 5 – Quadro de disciplinas da UFPel (Curso de Licenciatura em Letras – Português, 1º ano)

Matriz Curricular 

— 1º Semestre				
Código	Disciplina / Pré-requisitos	Caráter	Cr.	Horas
17350230	EDUCAÇÃO BRASILEIRA: ORGANIZAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS (EBOPP)	Obrigatória	4	60
20000473	INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS GRAMATICAIS E LINGÜÍSTICOS	Obrigatória	4	60
20000476	INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS LITERÁRIOS	Obrigatória	4	60
20000474	PRODUÇÃO DA LEITURA E DA ESCRITURA EM LÍNGUA PORTUGUESA I	Obrigatória	4	60
20000475	TEORIAS E PRÁTICAS DE LEITURA	Obrigatória	4	60

— 2º Semestre				
Código	Disciplina / Pré-requisitos	Caráter	Cr.	Horas
17360022	FUND. SÓCIO-HISTÓRICO-FILOSÓFICOS DA EDUCAÇÃO	Obrigatória	4	60
20000662	LÍNGUA PORTUGUESA: FONOLOGIA	Obrigatória	4	60
20000664	LINGÜÍSTICA GERAL I	Obrigatória	4	60
20000665	LITERATURA BRASILEIRA I	Obrigatória	4	60
20000663	PRODUÇÃO DA LEITURA E DA ESCRITURA EM LÍNGUA PORTUGUESA II 20000474 - PRODUÇÃO DA LEITURA E DA ESCRITURA EM LÍNGUA PORTUGUESA I	Obrigatória	4	60

Fonte: UFPel (2025).

A disciplina de *Introdução aos Estudos Gramaticais e Linguísticos* oferece uma interessante proposta, assemelhando-se, em parte, ao percurso previsto na Universidade Federal do Rio Grande – qual seja, a abordagem de diferentes concepções de gramática, com exploração e cotejo de perspectivas normativas e linguístico-descritivas. Contudo, difere-se ao indicar, em sua segunda parte, tópicos gramaticais específicos que serão discutidos, de forma que o estudante possa “reconhecer e aplicar as normas de uso da língua padrão” (vide Quadro 4). A bibliografia mescla obras de linguistas e de gramáticos normativos, de modo coerente com o formato proposto.

No que se refere à disciplina de *Linguística Geral I*, embora seu desenho programático se assemelhe ao das disciplinas com nomes similares que compõem os ementários anteriores, seu programa se diferencia por também incluir uma abordagem da gramática tradicional, em um ponto do conteúdo programático denominado “Da gramática normativa à Linguística como ciência”. Embora esteja restrito a um tema inicial na disciplina, tal item talvez possa abrir um espaço de reflexão em que se discutam os distanciamentos e as continuidades entre tradição gramatical e estudos linguísticos.

Quadro 4 – Ementas das disciplinas *Introdução aos Estudos Gramaticais e Linguísticos*, e *Linguística Geral I* (UFPel)

<p>NOME DA ATIVIDADE</p> <h2>INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS GRAMATICAIS E LINGUÍSTICOS</h2>
<p>— Ementa</p> <p>Estudos gramaticais. Diferentes concepções de gramática. Regras gramaticais: normativas e descritivas. Fatos gramaticais: pontuação, colocação pronominal, concordância verbal e nominal, regência verbal e nominal. Relação entre teoria e prática.</p>
<p>— Objetivos</p> <p>Objetivo Geral:</p> <p>Oportunizar ao aluno condições de conhecer e discutir concepções de gramática à luz de ponderações sobre descrição e prescrição</p> <p>Reconhecer divisões e limitações nos estudos gramaticais. Estabelecer diferenças entre língua padrão e outras variantes da língua. Entender os objetivos dos estudos prescritivos e dos descritivos. Ser capaz de reconhecer e aplicar as normas de uso da língua padrão no que tange à pontuação, à sintaxe de concordância, de regência e de colocação, casos de frequentes incorreções nos trabalhos apresentados pelos alunos.</p>

— Conteúdo Programático

1. Breves considerações sobre os estudos gramaticais
2. A gramática descritiva e a gramática normativa
3. Padrões da língua e norma
4. Estudo de fatos gramaticais:
 - 4.1 Colocação pronominal
 - 4.2 Concordância verbal e nominal
 - 4.3 Regência verbal e nominal
 - 4.4 Sintaxe e pontuação
5. Reflexão sobre a relação entre teoria e prática

— Bibliografia

Bibliografia Básica:

AZEREDO, J.C de. Gramática Houaiss da língua portuguesa. São Paul: PubliFolha, 2008. CUNHA, C. e CINTRA, L. A Nova Gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Lexikon Informática, 2007. BECHARA, E. Gramática escolar da língua português. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010. CASTILHO, A.T.; ELIAS, V.M. Pequena gramática do Português Brasileiro. São Paulo: Contexto, 2012. INFANTE, Ulisses. Curso de gramática aplicada aos textos. Scipione: São Paulo, 1997.

Bibliografia Complementar:

CORÔA, M.L.M.S. O tempo nos verbos do português. São Paulo: Parábola, 2005. FERREIRA, R.M. Uso dos verbos: aprendizagem através de exercícios. São Paulo: Martins Fontes, 2003. GARCIA, O.M. Comunicação em prosa moderna: aprenda a escrever, aprendendo a pensar. 20 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001. NEVES, Maria Helena de Moura. A gramática passada a limpo: conceitos, análises e parâmetros. São Paulo: Parábola Editorial, 2012. PERINI, M. A. Gramática do português brasileiro. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

NOME DA ATIVIDADE

LINGÜÍSTICA GERAL I

— Ementa

Estudo científico da linguagem. Panorama histórico. Estudos pré-saussurianos. Saussure

— Objetivos

Objetivo Geral:

Objetivo geral:

Compreender os diferentes pontos de vista adotados pelos estudos da linguagem, bem como identificar conceitos-chave da Linguística como ciência, de modo a apropriar-se de fundamentos relevantes para estudos na área de Letras, relacionando teoria e prática

Objetivos específicos:

Conhecer e refletir sobre os conceitos de língua e de linguagem.

Estudar a linguagem tendo como paradigma o pensamento linguístico-filosófico desde a Antiguidade até a Modernidade.

Conhecer os principais aspectos da teoria de Saussure.

— Conteúdo Programático

UNIDADE I: Linguística como ciência

1. Língua, linguagem, linguística

2. Da gramática normativa à Linguística como ciência

UNIDADE II: Breve panorama da evolução dos estudos de linguagem
 1 Panorama histórico dos estudos linguísticos da Antiguidade ao século XVIII
 2. A abordagem comparatista e histórica do século XIX

UNIDADE III: Saussure
 1 As dicotomias saussurianas
 2 Língua e sistema: a noção de imanência
 3 O signo linguístico
 4 A noção de valor
 5 Reflexão sobre a relação entre teoria e prática

— Bibliografia

Bibliografia Básica:

FIORIN, J. L. Introdução à Linguística. Vol. 1. Objetos teóricos. São Paulo: Contexto, 2002. 73
 MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (orgs.). Introdução à linguística. Volume 3 – Fundamentos
 epistemológicos. São Paulo: Cortez, 2001. NORMAND, Claudine. Saussure. São Paulo:
 Estação Liberdade, 2009. SAUSSURE, F. de. Curso de Linguística Geral. São Paulo: Cultrix,
 2006. WEEDWOOD, B. História concisa da linguística. São Paulo: Parábola. 2002.

Bibliografia Complementar:

BENVENISTE, É. Saussure após meio século. Problemas de Linguística Geral I. Campinas:
 Pontes, 2005. CAMARA, Jr, J. M. História da Linguística. 6 ed. Petrópolis: Vozes, 1975.
 _____. Introdução à linguística. 6 ed. Petrópolis: Vozes, 2009. CARVALHO, C. de. Para
 compreender Saussure. 9 ed. Petrópolis: Vozes, 2000. DUBOIS, Jean et al. Dicionário de
 Linguística. São Paulo: Cultrix. 2006. MARTELOTTA, M. E. (org.) Manual de Linguística. São
 Paulo: Contexto, 2008. SAUSSURE, Ferdinand. Escritos de Linguística Geral. São Paulo:
 Cultrix, 2004.

Fonte: UFPel (2025).

2.2.2.5 Discussão: o foco gramatical das disciplinas iniciais do Curso de Letras

A revisão de diferentes Projetos Pedagógicos de Curso, em contexto estadual, mostra-se profícua para explicitar que, exercendo sua autonomia universitária, as instituições aqui abordadas propõem caminhos formativos diversos, que ora se aproximam, ora divergem. Por exemplo, enquanto o Curso de Letras da Universidade

Federal do Rio Grande do Sul concentra, em seu primeiro ano, três disciplinas voltadas a estudos linguísticos e gramaticais (*Conceitos Básicos de Linguística*, *Estudos Linguísticos I* e *Visão Crítica da Gramática* – esta última com foco maior no escopo da gramática normativa), o da Universidade Federal de Santa Maria inclui apenas *Fonética e Fonologia* em seu primeiro semestre, ofertando, de maneira concomitante, as disciplinas de *Introdução aos Estudos Linguísticos* e *Morfossintaxe da Língua Portuguesa* no segundo semestre – percursos que, conforme o indicado na disciplina, não abrangem reflexões acerca da tradição gramatical. É ainda interessante notar que a Universidade Federal do Rio Grande do Sul incorpora no curso de Letras, em seus dois primeiros semestres, as disciplinas de “Elementos de Latim” I e II, conforme súmulas reproduzidas a seguir:

Elementos de Latim I: 1. Princípios gerais da morfossintaxe latina: a) declinações, conjugações, palavras invariáveis; b) estruturas básicas da frase latina. 2. Origem latina do léxico português: a) etimologia; b) radicais, prefixos e sufixos latinos. 3. Frases latinas de uso atual. 4. Tradução de frases latinas. [...] *Elementos de Latim II*: 1. Morfossintaxe latina: a) detalhamento do estudo das declinações, das conjugações e das palavras invariáveis; b) ampliação do estudo das estruturas frasais latinas. 2. Origem latina do léxico português: a) etimologia; b) radicais, prefixos e sufixos latinos. 3. Frases latinas de uso atual. 4. Tradução de textos latinos. (UFRGS, 2025).

Esse fato, certamente, é um fator diferencial na compreensão, por parte do aluno, da morfologia e da sintaxe do Português, uma vez que, ensinar o Latim, em seus elementos básicos, coloca em evidência, e sob o viés diacrônico, o funcionamento de um sistema nominal e verbal de uma língua-mãe.

Por outro lado, o curso de Letras da Universidade Federal do Pampa reserva à disciplina *Linguística Aplicada ao Ensino de Português* a discussão acerca da gramática e de seu ensino. Já o curso de Letras da Universidade Federal de Pelotas contempla reflexões acerca da gramática normativa tanto na disciplina de *Introdução aos Estudos Gramaticais e Linguísticos* quanto em *Estudos Linguísticos*. Parece-nos que, juntamente com a proposta da UFRGS, que dedica uma disciplina somente à abordagem crítica da gramática, a UFPel delinea um percurso que considera mais fortemente o lugar da gramática no ensino de língua portuguesa e, por consequência, na formação docente.

Por fim, a revisão realizada nesta seção nos mostra que, tal qual enfatiza Abreu-Tardelli (2017), tanto em documentos oficiais que orientam a formação e atuação do professor de língua portuguesa quanto em desenhos curriculares de

cursos de licenciaturas, não se propõe que seja abolido o ensino de gramática. O que se tem buscado é que tal percurso seja realizado com vistas ao desenvolvimento do senso crítico dos alunos, evitando e problematizando equívocos como “a polarização de erros e acertos, a ideia de que apenas a norma socialmente prestigiada é válida, a prescrição assídua de regras e desatenção para com a mutabilidade e variabilidade da língua.” (Abreu-Tardelli, 2017, p. 9).

É a partir de tais reflexões que, nas próximas seções, delineamos a proposta de plano de ensino para as futuras edições da disciplina de *Introdução à Gramática*, voltada a alunos ingressantes de um curso de licenciatura em Letras.

3 UMA PROPOSTA DE PLANO DE ENSINO PARA A DISCIPLINA DE INTRODUÇÃO À GRAMÁTICA

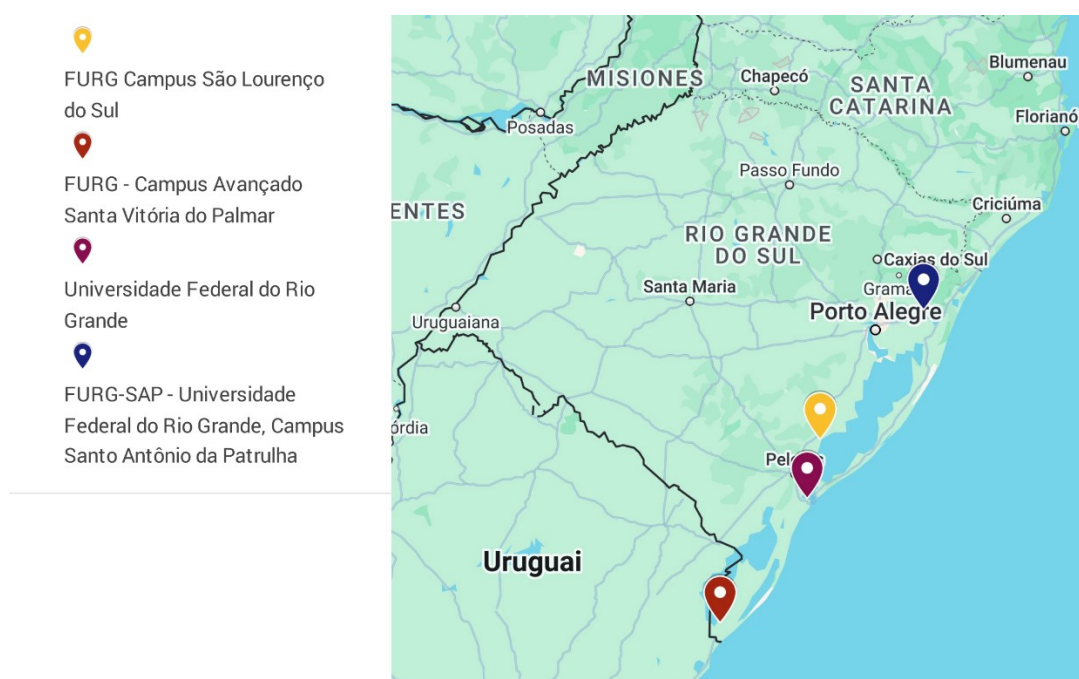
Este capítulo terá como culminância a nossa proposta de plano de ensino para a disciplina de *Introdução à Gramática*, que se insere no primeiro semestre da grade curricular do Curso de Letras – Português e Literaturas de Língua Portuguesa, da Universidade Federal do Rio Grande (FURG) – Campus São Lourenço do Sul. Na seção 3.1, realizaremos uma contextualização institucional da FURG, com vistas a retomar o que os seus documentos normativos indicam quanto à estrutura das licenciaturas e à elaboração de planos de ensino na Universidade. Traremos ainda uma contextualização do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Letras em que se situa nossa proposta. Por fim, na seção 3.2, com base nas reflexões que realizaremos a partir do percurso teórico que constitui este trabalho, revisitaremos o plano de ensino da referida disciplina, buscando elaborar uma proposta que atenda aos propósitos de uma formação docente crítica e reflexiva em Letras.

3.1 A Universidade Federal do Rio Grande (FURG): contextualização e normativas institucionais

A origem da Universidade Federal do Rio Grande (FURG) está ligada à criação da Escola de Engenharia Industrial, em 1955, primeira instituição de ensino superior da cidade de Rio Grande/RS. O processo de federalização da Escola de Engenharia se iniciou em 1969 e culminou com o Decreto-Lei n.º 774, que autorizou o funcionamento da Fundação Universidade do Rio Grande (FURG, 2025b), contando já com a “fusão das quatro primeiras Unidades de ensino superior da cidade” (FURG, 2025b) – Escola de Engenharia Industrial, Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas, Faculdade de Direito e Faculdade de Medicina. Nos anos seguintes, a FURG incrementou seu portfólio de cursos, dentre os quais estava curso de licenciatura plena em Letras - Português/Inglês (1984). Em 2009, a partir do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), iniciou-se a expansão da FURG para outras localidades do estado, que culminou em sua estrutura *multicampi*: Campus Rio Grande (sede composta pelas

Unidades Carreiros e Saúde), Campus Santa Vitória do Palmar, Campus São Lourenço do Sul e Campus Santo Antônio da Patrulha (com as Unidades Bom Princípio e Cidade Alta). O Campus São Lourenço do Sul foi inaugurado em 2010, com o curso superior de Tecnologia em Gestão Ambiental (FURG, 2025c). A imagem a seguir ilustra a localização dos *campi* da instituição; em amarelo, está o Campus São Lourenço:

Figura 6 – Localização dos *campi* da FURG



Fonte: Elaborado pela autora.

O Curso de Letras – Português e Literaturas de Língua Portuguesa, ofertado no turno da noite⁷, iniciou suas atividades em 2020, tornando-se o quinto curso que consolidou o Campus São Lourenço, o qual já vinha ofertando as graduações em Agroecologia, Educação do Campo, Tecnologia em Gestão de Cooperativas e Tecnologia em Gestão Ambiental. O Curso de Letras, pertencendo à Unidade Acadêmica Instituto de Letras de Artes (ILA), tem como finalidade primeira formar docentes de Língua Portuguesa “[...] para atuar prioritariamente junto à educação

⁷ À exceção de disciplinas optativas, que podem ser ofertadas durante o dia, com vistas a garantir uma maior flexibilização curricular.

básica, nos anos finais do ensino Fundamental e no Ensino Médio, bem como contribuir para o enriquecimento cultural da região” (FURG, 2023, p. 7).

A organização pedagógica do Curso de Letras segue o disposto no regimento da Universidade Federal do Rio Grande, a qual se coloca, nesse documento, como uma “[...] instituição educacional de natureza fundacional pública, gratuita, integrante da Administração Federal Indireta, dotada de autonomia didático-científica e administrativa e de gestão financeira e patrimonial” (FURG, 2009, p. 3). Dentre as disposições que constam no Regimento, destacamos organização do ensino em atividades didático-pedagógicas, que incluem o conceito de disciplina, caracterizada como “[...] programação particular de conteúdo de uma ou mais áreas do conhecimento, a ser ministrada em determinado período de tempo, atendendo ao Calendário Universitário e correspondendo a determinado número de créditos” (FURG, 2009, p. 16). No Curso de Letras de São Lourenço do Sul, as disciplinas obrigatórias, como é o caso da *Introdução à Gramática Normativa*, têm o total de quatro créditos (60 horas-aula, ou 72 horas-relógio, divididas em quatro períodos semanais). Já as disciplinas optativas possuem entre dois e três créditos.

O Projeto Pedagógico Institucional (PPI) da FURG, referente ao período de 2024 a 2033, tem como subtítulo “Identidades e existências multicampi: uma Universidade voltada para os sistemas costeiros e oceânicos” (FURG, 2024). Na busca de qualificar seus percursos de ensino, a Instituição reforça uma concepção de currículo como “processo formativo, dinâmico e em permanente movimento, permitindo que a ação educativa da Universidade incorpore outras formas de aprendizagem e de produção do conhecimento presentes na realidade social” (FURG, 2024, p. 9). Além disso, enfatiza que seus servidores devem estar “Empenhados com a qualidade dos processos educativos”, bem como apresentar “[...] postura crítica e investigativa, na busca constante pela formação qualificada e o aprimoramento de suas funções” (FURG, 2024, p. 13). Por sua vez, espera-se que os discentes da Instituição, dentre outros aspectos, “Sejam capazes de interpretar e expressar, assumindo atitude investigativa, crítico-reflexiva”; e “Tenham autonomia no processo de aprendizagem, comprometendo-se com a sua formação para além do espaço acadêmico, conscientes de que ela é contínua” (FURG, 2024, p. 13-14).

Em específico quanto às licenciaturas da FURG, a Resolução n.º 014, de 08 de outubro de 2021, delibera acerca da Política Institucional de Formação Inicial e

Continuada de Professores e Professoras da Educação Básica (FURG, 2021), atendendo à LDBEN e às DCNs vigentes. Nesse âmbito, destacamos o que o documento entende por formação docente e por conhecimento, conforme segue:

- Formação docente como processo contínuo de aprender, conhecer e ensinar os conhecimentos teórico-práticos que fundamentam a educação. Formação que contemple a práxis.
- Conhecimento como construção histórico-social, produto e processo de relações socioambientais e culturais constituídas pela humanidade. Reconhecimento de diferentes saberes; conhecimento como objeto relacional, contextualizado nas experiências singulares dos sujeitos, nas demandas populares e nos marcadores sociais da diferença, classe social, raça, etnia, gênero, sexualidade e deficiência. Reconhecimento de docentes e discentes como sujeitos aprendentes no processo contínuo de ensinar e de aprender [...]. (FURG, 2021, p. 3-4).

De forma alinhada com essa política, o PPC do Curso de Letras – Português e Literaturas de Língua Portuguesa – coloca como objetivo geral “[...] formar profissionais para a atuação ética e crítica na sociedade contemporânea – em sua complexidade e diversidade cultural –, dotados de visão teórico-prática da língua portuguesa e das literaturas de língua portuguesa” (FURG, 2023, p. 11). Dentre seus objetivos específicos, observamos que consta a articulação entre saberes das diferentes áreas que constituem essa formação, por meio da “reflexão teórico-metodológica no campo dos estudos da linguagem, entendendo-a como fator constitutivo da experiência humana” (FURG, 2023, p. 12).

Em consonância com os demais documentos oficiais que abordamos neste trabalho, o PPC assim delinea o perfil do egresso:

O Curso busca formar profissionais com domínio da linguagem verbal e das metalinguagens, da compreensão dos fenômenos linguísticos e literários, capazes de fazer a transposição didática e demonstrar sensibilidade às diversidades linguísticas culturais, cientes do impacto das novas tecnologias no processo de ensino-aprendizagem. Desse modo, devem demonstrar capacidade de lidar, de forma crítica, com o universo multifacetado das linguagens, especialmente a verbal, nos contextos oral e escrito, primordialmente para o exercício do magistério em Língua e em Literatura no Ensino Fundamental (anos finais), Médio, Superior, Técnico, dentre outros contextos. (FURG, 2023, p. 12-13).

O documento pontua, ainda, que o egresso deve demonstrar entendimento de diferentes fenômenos linguísticos e literários, bem como habilidade de refletir criticamente acerca dos processos de produção e recepção de textos, “sempre consciente do papel da linguagem na formação do sujeito e de sua responsabilidade

social no desenvolvimento das habilidades linguísticas essenciais à inserção e à atuação do cidadão na sociedade” (FURG, 2023, p. 13).

Conforme é possível verificar por meio dos documentos aqui elencados, a Universidade Federal do Rio Grande (FURG), como instituição pública, comprometida com uma formação humana e cidadã, coloca em seu horizonte a oferta de percursos pedagógicos qualificados, centrados em uma postura crítica diante da realidade. Nessa mesma direção, o Curso de Letras – Português e Literaturas de Língua Portuguesa – visa a formar egressos que tenham construído conhecimentos teóricos e práticos que lhes permitam uma visão ampla da complexidade dos fenômenos da linguagem. Nesse âmbito, entendemos que é crucial um entendimento aprofundado das concepções de gramática que atravessam a história das línguas e da docência. É com tal visão que passamos à proposta de plano de ensino na próxima seção.

3.2 Proposta de Plano de Ensino

Esta seção se volta ao objetivo que reflete a culminância deste trabalho, qual seja, o de propor um plano de ensino para a disciplina de *Introdução à Gramática* a partir das considerações exauridas nas etapas que realizamos anteriormente. Para isso, retomaremos as orientações normativas da Universidade Federal do Rio Grande acerca da criação dos planos de ensino; abordaremos a atual ementa de *Introdução à Gramática Normativa*, conforme disposto no Sistema FURG e no PPC do Curso; e trataremos, por fim, nossa proposta de plano de ensino.

A Instrução Normativa 01/2010 (FURG, 2010) é a que regulamenta a inserção do Plano de Ensino, de forma online, no sistema da Universidade. Segundo o documento, a ementa de cada disciplina será sempre inserida pela Unidade Acadêmica – no caso do Curso de Letras, trata-se do Instituto de Letras e Artes (ILA) –; ou seja, tal item do Plano de Ensino é somente modificável por meio de solicitação de alteração curricular. Ainda conforme a mesma normativa,

Art. 3º - O preenchimento das INFORMAÇÕES BÁSICAS (objetivos, metodologia, procedimentos, avaliação, conteúdos, conteúdos adicionais) e da BIBLIOGRAFIA (básica e complementar) é de responsabilidade do professor da disciplina, que inserirá e atualizará as informações a cada Ciclo Letivo, através do perfil “Professor”.

Art. 4º – A finalização do processo cabe ao Coordenador de Curso, responsável pela VALIDAÇÃO das informações prestadas no Plano de Ensino on-line, a cada Ciclo Letivo, através do perfil “Coordenador de Curso”. (FURG, 2010, p. 1).

No caso da disciplina de *Introdução à Gramática Normativa*, a ementa que consta, a qual nunca sofreu alteração desde o início do Curso (2020), é a seguinte: “Conceito de ‘gramática’: histórico e concepções. Divisão e organização de gramáticas normativas. Contribuições e limites. Principais gramáticas normativas. Morfologia e sintaxe: aspectos teóricos e práticos” (FURG, 2023, p. 20). O registro completo da disciplina no PPC é exibido abaixo:

Quadro 5 – Registro da disciplina *Introdução à Gramática Normativa* no ementário do PPC

<p>Introdução à Gramática Normativa Código: 06697 Nome: Introdução à Gramática Normativa Lotação: Instituto de Letras e Artes ILA Duração: Semestral Caráter: Obrigatória Localização no QSL: 1º semestre Carga Horária Total: 60h Créditos: 4 Sistema de Avaliação: Sistema I</p> <p>Ementa: Conceito de “gramática”: histórico e concepções. Divisão e organização de gramáticas normativas. Contribuições e limites. Principais gramáticas normativas. Morfologia e sintaxe: aspectos teóricos e práticos.</p> <p>Bibliografia básica BECHARA, Evanildo. <i>Moderna gramática portuguesa</i>. 38. ed. São Paulo: Saraiva, 2015. CUNHA, Celso & CINTRA, Lindley. <i>Nova gramática do português contemporâneo</i>. 5 ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2016. TRAVAGLIA, Luiz Carlos. <i>Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática</i>. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2003.</p> <p>Bibliografia complementar AZEREDO, José Carlos de. <i>Gramática Houaiss da Língua Portuguesa</i>. São Paulo. Ed. Publifolha, 2018. CEGALLA, Domingos Pascoal. <i>Novíssima Gramática da Língua Portuguesa</i>. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008. LUFT, Celso Pedro. <i>Moderna Gramática Brasileira</i>. São Paulo: Globo, 2002. ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. <i>Gramática Normativa da Língua Portuguesa</i>. São Paulo: José Olympio, 2011. SILVA, Rosa Virgínia Mattos e. <i>Tradição gramatical e gramática tradicional</i>. São Paulo: Contexto, 2002.</p>

Fonte: adaptado de FURG (2023, p. 20-21).

Quanto à indicação do sistema de avaliação, informação que consta no Quadro 5, logo antes da ementa, trata-se também de aspecto somente alterável por meio de mudança curricular. Na Universidade Federal do Rio Grande, há dois sistemas distintos: o Sistema I, composto de duas notas parciais e um exame final, o qual é aplicado a estudantes que não tenham atingido a média 7,0; e o Sistema II, em que não há exame final e a média mínima a ser atingida é 5,0 – trata-se de um formato comumente aplicado a disciplinas mais práticas, como é o caso dos estágios supervisionados. Assim, a disciplina de *Introdução à Gramática Normativa* segue o Sistema I, e o docente responsável tem autonomia para definir quais instrumentos avaliativos comporão o somatório de notas em cada bimestre.

A imagem a seguir indica como a aba “Informações básicas” aparece no Sistemas FURG para preenchimento do docente responsável. Cabe observar que, quanto ao campo Bibliografia, os professores têm também liberdade para manter ou alterar as referências que constam na versão da ementa do PPC, selecionando obras a partir do acervo das bibliotecas da FURG, ou adicionando aquelas ainda sem exemplares disponíveis, que ainda necessitam ser adquiridas:

Figura 7 – Campos para inserção do plano de ensino no Sistemas FURG

Ementa

Conceito de "gramática": histórico e concepções. Divisão e organização de gramáticas normativas. Contribuições e limites. Principais gramáticas normativas. Morfologia e sintaxe: aspectos teóricos e práticos.

[Voltar](#)

Informações Básicas	Bibliografia
---------------------	--------------

Informações Básicas [Ajuda](#)

Objetivos *

Metodologia *

Avaliação *

Conteúdos *

Conteúdos Adicionais

[Alterar](#)

Fonte: Sistemas FURG.

Conforme mostra a Figura 7, o primeiro campo a ser preenchido concerne aos objetivos, os quais devem convergir com a ementa da disciplina. Quanto à *Introdução à Gramática*, o percurso teórico que realizamos neste trabalho aponta para a importância de incluirmos aspectos atinentes ao conhecimento histórico e multifacetado em torno do termo "gramática": é preciso promover uma visão crítica, também defendida nos documentos oficiais, para que isso se reflita nas propostas de ensino a serem concretizadas na educação básica. Além disso, tal como disposto na BNCC (Brasil, 2019), o percurso de ensino de língua portuguesa deve abranger cotejos entre uma visão mais normativa e uma mais científico-descritiva, embora o ensino de norma culta ainda deva ser o cerne do trabalho com leitura e escrita. Nesse sentido, entendemos que é necessário propor que os alunos de Graduação explorem, na prática, diferentes exemplares de gramáticas normativas, escolhendo, por exemplo, um tópico morfosintático específico por meio do qual possa refletir sobre a pertinência e os limites dessas obras no estudo da língua e no seu ensino.

Por fim, visto que a história da gramática não se separa dos aspectos socioculturais que constituem uma sociedade, entendemos que tal discussão possa se abrir à reflexão sobre as inter-relações entre norma-padrão, preconceitos e diversidade linguística (Abreu-Tardelli, 2017) – aspecto que também vai ao encontro daquilo que a Política Institucional de Formação Inicial e Continuada de Professores (FURG, 2021) entende por conhecimento. Diante disso, propomos os objetivos a seguir para o Plano de Ensino da próxima edição de *Introdução à Gramática*:

Quadro 6 – Proposta de objetivos para o Plano de Ensino de *Introdução à Gramática*

- | |
|---|
| <ul style="list-style-type: none">a) Compreender o histórico e as concepções atinentes à gramática normativa, reconhecendo seu caráter complexo e multifacetado;b) Reconhecer os distanciamentos e aproximações entre as noções de gramática normativa e gramática descritiva;c) Discutir as contribuições e os limites da gramática normativa no contexto atual de ensino e pesquisa;d) Explorar a divisão e organização de gramáticas normativas contemporâneas;e) Refletir sobre aspectos teóricos e práticos da morfosintaxe à luz de diferentes gramáticas normativas;f) Construir uma postura crítica acerca das relações entre norma-padrão, racismo e preconceito linguístico, salientando-se uma perspectiva de |
|---|

língua como direito humano e patrimônio sociocultural marcado pela diversidade e heterogeneidade.

Fonte: Elaborado pela autora.

Salientamos que, mesmo inserindo um viés diacrônico à disciplina, bem como elencando discussões sobre as concepções de gramática além de introduzir conceitos da pauta dos direitos humanos (racismo, preconceito linguístico, diversidade e heterogeneidade), buscamos preservar os elementos fixos que compõem a ementa: “Conceito de ‘gramática’: histórico e concepções. Divisão e organização de gramáticas normativas. Contribuições e limites. Principais gramáticas normativas. Morfologia e sintaxe: aspectos teóricos e práticos.”

Em consonância com os objetivos do novo Plano de Ensino, o desenvolvimento da disciplina começará por uma abordagem das diferentes concepções de gramática (Antunes, 2007; Franchi, 2006), passando então a textos e a discussões atinentes ao histórico e aos fundamentos da tradição gramatical. Tais fundamentos, conforme discutimos neste trabalho, remonta à Grécia Clássica e ao período alexandrino, cuja perspectiva é posteriormente transposta às primeiras descrições gramaticais do latim. Com tal panorama, será possível refletir, com mais profundidade temporal, acerca das continuidades (Vieira, 2018), das metamorfoses e dos rompimentos entre gramática normativa e gramática científico-descritiva.

Além disso, propomos que a estrutura de gramáticas normativas brasileiras seja explorada na disciplina, fazendo-se cotejos entre diferentes obras e analisando-se, para conhecimento das concepções e dos objetivos dos gramáticos nacionais, seus prefácios, sumários e apresentações. E, como conteúdo adicional e transversal, ou seja, que atravessa diferentes momentos da disciplina, propomos que reflexões de teor sócio-histórico acerca das origens da gramática e de suas concepções (Faraco, 2008) possam ser transversalmente trabalhadas. Tal inserção atende também à necessidade de uma formação ética e sociocultural que, como consta nos documentos nacionais e nas normativas da Universidade Federal do Rio Grande, deve ser compreendida no percurso da Graduação.

Quadro 7 - Proposta de conteúdo para o Plano de Ensino de *Introdução à Gramática*

- a) A polissemia do termo gramática;
 - b) Histórico e fundamentos da gramática normativa;
 - c) Gramática descritiva e gramática normativa: diferenças e inter-relações;
 - d) O conceito de norma na (e para além da) gramática;
 - e) Estrutura e principais características das principais gramáticas normativas;
 - f) Aspectos morfosintáticos à luz de gramáticas normativas.
- Conteúdo transversal: norma culta, norma-padrão e suas relações com questões étnico-raciais, sociais e históricas.

Fonte: Elaborado pela autora.

Em relação à metodologia e à avaliação, consideramos que seja pertinente elencar um rol amplo de possíveis atividades, algumas das quais podem emergir em combinação com os alunos ao longo do semestre. Em específico, a avaliação, conforme já referido, deve remeter ao fluxo do Sistema I, que prevê duas notas parciais e um exame final. Como instrumentos avaliativos, propomos atividades de estudo dos textos de leitura obrigatória, indicados na bibliografia, pesquisas em livros e artigos físicos e digitalizados em preparação para seminários, além de avaliações individuais dissertativas, conforme segue:

Quadro 8 – Proposta de metodologia e de avaliação para o Plano de Ensino de *Introdução à Gramática*

Metodologia:

As metodologias desta disciplina se desenvolverão respeitando as necessidades específicas do perfil dos/as graduandos/as. Para viabilizar o desenvolvimento de competências relacionadas às bases técnicas, científicas, instrumentais e de cidadania necessárias à sua formação, serão adotadas, como práticas metodológicas, propostas de ensino-aprendizagem baseadas na interação entre docente e discentes, por meio da realização de leituras, discussões e análises de textos; exposições dialogadas; apresentações em grupo, debates e seminários; produções escritas que organizem as reflexões realizadas; dinâmicas de grupo, trabalhos de pesquisa, dentre outros.

Avaliação:

A disciplina seguirá o Sistema I, cujos procedimentos estão regulamentados pela Deliberação n.º 038/90 (COEPEA/FURG). Haverá duas notas parciais (N1 e N2), correspondentes a cada bimestre. Para alunos/as/ que não

alcançarem a média aritmética simples igual a 7 nas duas notas parciais, haverá um exame final. A avaliação considerará a leitura dos materiais e a participação nas aulas, bem como a entrega de trabalhos e provas dissertativas solicitadas durante o semestre.

Fonte: Elaborado pela autora.

O campo da bibliografia, em nosso entendimento, pode refletir em grande parte o rol de obras já disposto no registro fixo da disciplina (vide Quadro 5), visto que, entre as categorias de bibliografia básica e complementar, há importantes gramáticas normativas contemporâneas (Bechara, 2015; Cunha; Cintra, 2016; Cegalla, 2008; Luft, 2002; Rocha Lima, 2011) a serem exploradas pelos estudantes. Além disso, estão incluídos linguistas que trazem uma visão mais ampla de gramática, seja no campo da descrição em si (Azeredo, 2018), seja com vistas a reflexões sobre ensino de língua (Travaglia, 2003). Consta ainda a relevante obra de Rosa Virgínia Mattos e Silva (2002) acerca da história da gramática tradicional.

Tendo em vista a revisão teórica que realizamos, bem como nossa experiência em edições anteriores da disciplina, propomos o acréscimo das seguintes obras ao Plano de Ensino: o livro de Antunes (2007), especificamente seus capítulos iniciais, sobre a polissemia do termo gramática; as obras de Borba (1967) e Neves (2002), inter-relacionando a história da gramática à história da Linguística; as reflexões de Vieira (2018) acerca do Paradigma Tradicional de Gramatização; as proposições críticas de Faraco (2008) quanto aos sentidos de norma; as obras de Moura Neves (2000, 2012) e Castilho (2010; Castilho, Elias, 2012) como exemplos de gramáticas descritivas, para leitura complementar; e o olhar de Pinilla (2008) sobre as classes gramaticais em perspectiva normativa e científico-descritiva, como insumo para as explorações a serem realizadas ao longo da disciplina. Para complementar, com uma visão diacrônica dos Estudos Linguísticos e gramaticais e um possível diálogo com a nova geração de linguistas que se encontra em formação no Brasil, sugerimos ainda o livro “História da Linguística”, de Joaquim Mattoso Câmara Júnior (2021), recentemente revisado e comentado.

Salientamos que não se trata de uma proposta fixa, pois entendemos que tanto as obras da versão anterior quanto as da proposta aqui descrita podem eventualmente se combinar, conforme o percurso construído em sala de aula.

Quadro 9 – Proposta de acréscimos à bibliografia do plano de ensino de Introdução à Gramática

Bibliografia básica:

ANTUNES, Irlandé. *Muito além da gramática: por um ensino de línguas sem pedras no caminho*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

FARACO, Carlos Alberto. *Norma culta brasileira: desatando alguns nós*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

NEVES, Maria Helena de Moura. *A gramática: história, teoria e análise, ensino*. São Paulo: Contexto, 2002.

PINILLA, Maria Aparecida de. Classes de Palavras. In: VIEIRA, Silvia Rodrigues; BRANDÃO, Silvia Figueiredo. *Ensino de gramática: descrição e uso*. São Paulo: Contexto, 2009. p. 169-183.

Bibliografia complementar:

BORBA, Francisco da Silva. *Introdução aos estudos linguísticos*. São Paulo: C.E.N., 1967.

NEVES, Maria Helena de Moura. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

NEVES, Maria Helena de Moura. *Guia de uso do português: confrontando regras e usos*. 2. ed. São Paulo: UNESP, 2012.

VIEIRA, Francisco Eduardo. *A gramática tradicional: história crítica*. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2018.

CASTILHO, Ataliba. *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010.

CASTILHO, Ataliba; ELIAS, Vanda Maria. *Pequena gramática do português brasileiro*. 1. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2012.

CÂMARA JR., Mattoso. *História da Linguística*. Ed. revisada e comentada por Valdir do Nascimento Flores e Gabriel de Ávila Otero. Rio de Janeiro: Vozes, 2021.

Fonte: Elaborado pela autora.

Por fim, embora o cronograma não constitua propriamente um campo do Plano de Ensino a ser preenchido no sistema da Universidade, devendo apenas ser entregue aos alunos juntamente com o Plano no primeiro dia de aula, consideramos pertinente esboçar um caminho de atividades dividido cronologicamente, o qual, sem o objetivo de enrijecer o planejamento, pode ser colocado como ponto de partida por meio do qual serão realizados acréscimos e modificações, incluindo-se a escolha de obras e atividades para cada aula. Tendo em vista a carga horária da disciplina e as atividades comumente previstas no calendário da Universidade⁸, o cronograma prevê a realização da disciplina em 16 semanas.

⁸ A primeira semana de atividades, por exemplo, é sempre voltada à Acolhida Cidadã, de modo que não ocorrem aulas. Além disso, o calendário do Curso, no primeiro semestre, também inclui a Semana Acadêmica de Letras.

No primeiro bimestre, propomos que a disciplina se inicie com uma atividade diagnóstica que permita observar os entendimentos e as expectativas dos estudantes acerca do termo “gramática”. A partir de tal discussão, nas aulas seguintes, o foco será no trabalho com a polissemia do termo, enfocando diferentes concepções e tipologias gramaticais, bem como trazendo exemplos de obras que ilustrem essas categorias. Nas aulas 4 e 5, o foco recai sobre os fundamentos históricos e epistemológicos da tradição gramatical, conforme abordamos neste trabalho. Na aula seguinte, serão explorados alguns exemplos práticos que ilustrem as divergências e continuidades entre descrições mais normativas e mais linguísticas.

Após a avaliação que fechará o primeiro bimestre, a disciplina enfocará o conceito de norma, com vistas a situar norma culta e norma-padrão no âmbito do curso de Letras e da formação docente. Tendo em vista esse aspecto, bem como os anteriores, será proposto, nas aulas posteriores, que os alunos conheçam e explorem diferentes gramáticas normativas, iniciando por seus prefácios e sumários, por meio de roteiro trabalhado em aula. Com base nessa exploração e após a avaliação do bimestre, passaremos ao tema das classes gramaticais em perspectiva normativa, dado que se trata de um tópico morfossintático que, além de ser relevante a diferentes percursos pedagógicos em sala de aula, permite-nos observar a heterogeneidade das gramáticas normativas brasileiras quando tratam dessas categorias. Será ainda proposto um seminário final, em que os alunos apresentarão sua análise comparativa de duas gramáticas normativas de sua escolha, ilustrando suas aproximações e diferenças a partir de uma classe gramatical. O percurso se encerrará com a elaboração de uma resenha que relate essa análise, reservando-se um momento de orientação na última aula.

Quadro 10 – Proposta de cronograma geral para a disciplina de Introdução à Gramática

Bim.	Aula	Atividade
1º bimestre	1	Apresentação e orientações gerais. Atividade diagnóstica sobre vivências e conhecimentos prévios relacionados ao ensino-aprendizagem de gramática.
	2	A polissemia do termo gramática.
	3	
	4	Histórico e fundamentos da gramática normativa.

	5	
	6	Gramática descritiva e gramática normativa: diferenças e inter-relações.
	7	
	8	Avaliação individual dissertativa 1 (Anexo A).
2º bimestre	9	O conceito de norma na (e para além da) gramática.
	10	
	11	Estrutura e principais características das principais gramáticas normativas.
	12	Exploração de prefácios e sumários de gramáticas normativas, a partir de roteiro (Anexo B). Escolha de duas gramáticas normativas para cotejo no trabalho final.
	13	Avaliação individual dissertativa 2 (Anexo C).
	14	Entre gramática normativa e descritiva: exemplos a partir das classes gramaticais.
	15	Apresentação sobre classes gramaticais em diferentes gramáticas normativas (Anexo D).
	16	Orientações individuais para entrega final da resenha comparativa de gramáticas normativas.

Fonte: Elaborado pela autora.

Como resultado dessa proposta, e conforme já assinalado na introdução deste trabalho, entendemos que, em uma futura mudança curricular, o nome da disciplina possa ser alterado para *Concepções de Gramática*. Tal perspectiva, ao mesmo tempo em que centralizaria mais o percurso em uma reflexão mais ampla, não deixaria de valorizar a necessidade de construirmos, no contexto de uma licenciatura em Letras, uma visão ampla e crítica acerca da tradição gramatical, levando os alunos a perceberem não apenas seus limites, mas também suas continuidades com perspectivas linguísticas que se ocupam dos mesmos fenômenos na contemporaneidade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo geral construir um plano de ensino para a disciplina de *Introdução à Gramática*, no contexto de um curso de Licenciatura em Letras da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Campus São Lourenço do Sul. Com base em experiências prévias com a disciplina, partimos do desafio que nos é posto, no contexto do ensino superior, quanto ao trabalho com gramática voltado a alunos ingressantes. Esse foi o motivo que, inclusive, levou-nos à realização desta Especialização em Gramática e Ensino, formação que nos permitiu um mergulho mais intenso nesse complexo território, que entrelaça os fios da história, da Linguística e do ensino de língua portuguesa. Nessa direção, a seguir, retomamos os objetivos específicos aqui propostos e realizamos nossas considerações acerca de cada etapa construída.

O primeiro objetivo específico deste trabalho foi realizar uma revisão de literatura acerca do caráter polissêmico da palavra gramática, abordando os tipos de gramática e o emprego do termo em diferentes contextos. Nessa direção, retomamos as continuidades históricas entre a tradição gramatical e os estudos da linguagem, revisitando os caminhos que foram construindo sentidos diversos para o termo *gramática*. Com base em tal revisão, foi possível compreender que os próprios pilares daquilo que constitui a tradição gramatical são heterogêneos, complexos, refletindo-se também naquilo que entendemos por Paradigma Tradicional de Gramatização (Vieira, 2018) em nosso contexto brasileiro.

O segundo objetivo foi verificar o que dizem documentos oficiais sobre o ensino de gramática na universidade, bem como mapear e observar uma amostragem de Projetos Pedagógicos de Curso voltados ao tema da gramática em cursos de Letras. Com isso, foi possível apontar que tais documentos oficiais salientam a importância de a formação docente propiciar, aos licenciandos, um percurso que lhes permita uma apropriação dos objetos de conhecimento necessários ao seu fazer docente, incluindo-se, em tal processo, uma postura crítica e aprofundada acerca dos saberes de gramática normativa, bem como uma capacidade de reflexão teórica sobre esse termo no campo dos estudos linguísticos. Quanto aos PPCs que exploramos na revisão teórica, constatamos que algumas universidades federais do Rio Grande do Sul valorizam também um percurso de

reflexão situado entre tradição gramatical e descrição linguística, indicando a pertinência de abordarmos algumas (des)continuidades desses campos nos cursos de licenciatura. Salientamos, ainda, que cotejos entre perspectivas mais normativas e descritivas quanto a certos usos da língua são esperados, inclusive, no âmbito da educação básica, conforme estabelecido na “Base Nacional Comum Curricular” – aspecto que também corrobora nossa proposta.

O terceiro objetivo do trabalho foi refletir sobre o conteúdo do Projeto Pedagógico de Curso (PPC) do Curso de Letras – Português e Literaturas de Língua Portuguesa, da FURG – Campus São Lourenço do Sul acerca do ensino de gramática e do perfil do egresso almejados. Pudemos averiguar que a postura crítica e reflexiva valorizada nos documentos nacionais se reflete nas normativas da Universidade Federal do Rio Grande, incluindo o disposto no PPC. Compreendendo a formação em Letras como campo que pressupõe significativo domínio da linguagem verbal, o documento aponta para a necessidade de construirmos percursos que desenvolvam habilidades linguísticas fundamentais ao exercício da cidadania – dentre as quais, entendemos, enquadram-se as reflexões acerca do multissistema linguístico (Castilho, 2010) sob diferentes perspectivas (Antunes, 2007).

O quarto e último objetivo foi propor um Plano de Ensino para a disciplina de Introdução à Gramática, a partir das considerações realizadas nas etapas anteriores. Após retomarmos a estrutura do Plano de Ensino estipulada pela Universidade, delineamos uma proposta para organização da próxima edição da disciplina, conforme os campos editáveis pelo docente no sistema: objetivos, conteúdos, metodologia e avaliação, e referências. Além disso, esboçamos um cronograma mais amplo a partir dos conteúdos elencados, de forma que esse modelo possa servir como ponto de partida – seja no contexto da FURG, seja em outros âmbitos –, independentemente das referências e atividades a serem elaboradas em cada contexto de ensino. Sinalizamos, ainda, para uma possível mudança no nome da disciplina, em uma próxima alteração curricular, enfatizando sua proposta de percurso crítico acerca de diferentes Concepções de Gramática.

Quadro 11 – Proposta de Plano de Ensino – versão compilada

Introdução à Gramática Normativa**Código:** 06697**Nome:** Introdução à Gramática Normativa**Lotação:** Instituto de Letras e Artes ILA**Duração:** Semestral**Caráter:** Obrigatória**Localização no QSL:** 1º semestre**Carga Horária Total:** 60h**Créditos:** 4**Sistema de Avaliação:** Sistema I

Ementa: Conceito de “gramática”: histórico e concepções. Divisão e organização de gramáticas normativas. Contribuições e limites. Principais gramáticas normativas. Morfologia e sintaxe: aspectos teóricos e práticos.

Objetivos:

- a) Compreender o histórico e as concepções atinentes à gramática normativa, reconhecendo seu caráter complexo e multifacetado;
- b) Reconhecer os distanciamentos e aproximações entre as noções de gramática normativa e gramática descritiva;
- c) Discutir as contribuições e os limites da gramática normativa no contexto atual de ensino e pesquisa;
- d) Explorar a divisão e organização de gramáticas normativas contemporâneas;
- e) Refletir sobre aspectos teóricos e práticos da morfossintaxe à luz de diferentes gramáticas normativas;
- f) Construir uma postura crítica acerca das relações entre norma-padrão, racismo e preconceito linguístico, salientando-se uma perspectiva de língua como direito humano e patrimônio sociocultural marcado pela diversidade e heterogeneidade.

Conteúdo:

- a) A polissemia do termo gramática;
- b) Histórico e fundamentos da gramática normativa;
- c) Gramática descritiva e gramática normativa: diferenças e inter-relações;
- d) O conceito de norma na (e para além da) gramática;
- e) Estrutura e principais características das principais gramáticas normativas;
- f) Aspectos morfossintáticos à luz de gramáticas normativas.

Conteúdo transversal: norma culta, norma-padrão e suas relações com questões étnico-raciais, sociais e históricas.

Metodologia: as metodologias desta disciplina se desenvolverão respeitando as necessidades específicas do perfil dos/as graduandos/as. Para viabilizar o desenvolvimento de competências relacionadas às bases técnicas, científicas, instrumentais e de cidadania necessárias à sua formação, serão adotadas, como práticas metodológicas, propostas de ensino-aprendizagem baseadas na interação entre docente e discentes, por meio da realização de leituras, discussões e análises de textos; exposições dialogadas; apresentações em grupo, debates e seminários; produções escritas que organizem as reflexões realizadas; dinâmicas de grupo, trabalhos de pesquisa, dentre outros.

Avaliação: a disciplina seguirá o Sistema I, cujos procedimentos estão regulamentados pela Deliberação n.º 038/90 (COEPEA/FURG). Haverá duas notas parciais (N1 e N2), correspondentes a cada bimestre. Para alunos/as/es que não alcançarem a média aritmética simples igual a 7 nas duas notas parciais, haverá um exame final. A avaliação considerará a leitura dos materiais e a participação nas aulas, bem como a entrega de trabalhos e provas dissertativas solicitadas durante o semestre.

Bibliografia básica

ANTUNES, Irandé. Muito além da gramática: por um ensino de línguas sem pedras no caminho. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

FARACO, Carlos Alberto. Norma culta brasileira: desatando alguns nós. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

NEVES, Maria Helena de Moura. A gramática: história, teoria e análise, ensino. São Paulo: Contexto, 2002.

PINILLA, Maria Aparecida de. Classes de Palavras. In: VIEIRA, Silvia Rodrigues; BRANDÃO, Silvia Figueiredo. Ensino de gramática: descrição e uso. São Paulo: Contexto, 2009. p. 169-183.

Bibliografia complementar

BORBA, Francisco da Silva. Introdução aos estudos linguísticos. São Paulo: C.E.N., 1967.

NEVES, Maria Helena de Moura. Gramática de usos do português. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

NEVES, Maria Helena de Moura. Guia de uso do português: confrontando regras e usos. 2. ed. São Paulo: UNESP, 2012.

VIEIRA, Francisco Eduardo. A gramática tradicional: história crítica. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2018.

CASTILHO, Ataliba. Nova gramática do português brasileiro. São Paulo: Contexto, 2010.

CASTILHO, Ataliba; ELIAS, Vanda Maria. Pequena gramática do português brasileiro. 1. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2012.

CÂMARA JR., Mattoso. História da Linguística. Ed. revisada e comentada por Valdir do Nascimento Flores e Gabriel de Ávila Otero. Rio de Janeiro: Vozes, 2021.

Fonte: Elaborado pela autora.

Com esses resultados, acreditamos que este trabalho tenha potencial para contribuir não apenas para nosso contexto de ensino, mas também para propostas pedagógicas a serem criadas e/ou revisitadas em outras instituições. Longe de extinguir nossas inquietações acerca do tema, tal desdobramento também nos convida a investigar outros aspectos não contemplados aqui, tais como os discursos discentes acerca de concepções de gramática; o desenho curricular atual dos cursos de Letras ao nível nacional, no que se refere a essa área de estudos; a abordagem de gramáticas científico-descritivas no ensino Superior e na Educação Básica; as concepções de gramática veiculadas na mídia brasileira atual; as pesquisas que resgatam obras gramaticais históricas, analisando-as e cotejando-as com outros textos; a elaboração de materiais didáticos sobre gramática, não apenas para o ensino fundamental e médio, mas para os cursos de licenciatura em Letras; dentre outros tantos convites à pesquisa que esta pesquisa segue fazendo. Acima de tudo, trata-se de um convite à constante *reflexão*, como “parte fundamental de qualquer tipo de formação” (Celani, 2016, p. 549) – em especial, como processo intrínseco à formação docente, inicial ou continuada.

REFERÊNCIAS

- ABREU-TARDELLI, Lília Santos. Caminhos possíveis para um ensino de gramática. *Revista Metalinguagens*, São Paulo, n. 7, p. 4-27, 2017.
- ANTUNES, Irandé. *Muito além da gramática: por um ensino de línguas sem pedras no caminho*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
- AZEREDO, José Carlos de. *Gramática Houaiss da Língua Portuguesa*. São Paulo. Ed. Publifolha, 2018.
- BARBOSA, Afranio Gonçalves. Saberes gramaticais na escola. In: VIEIRA, Sílvia Rodrigues; BRANDÃO, Sílvia Figueiredo. *Ensino de gramática: descrição e uso*. São Paulo: Contexto, 2009. p. 32-54.
- BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 38. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.
- BORBA, Francisco da Silva. *Introdução aos estudos linguísticos*. São Paulo: C.E.N., 1967.
- BRASIL. Presidência da República. *Lei nº 9.394, 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394compilado.htm. Acesso em: 11 mar. 2025.
- BRASIL. Presidência da Câmara de Educação Superior. *Resolução CNE/CES 18, de 13 de março de 2002*. Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Letras. Brasília, DF: CONAES, 2002. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES182002.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2025.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Resolução n.º 01, de 17 de junho de 2010*. Normatiza o Núcleo Docente Estruturante e dá outras providências. Brasília, DF: CONAES, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6885-resolucao1-2010-conae&category_slug=outubro-2010-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 10 mar. 2025.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2018.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019*. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Brasília, DF: Ministério da Educação, 2019. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2019-pdf/135951-rcp002-19/file>. Acesso em: 10 mar. 2025.

CÂMARA JR., Mattoso. *História da Linguística*. Ed. revisada e comentada por Valdir do Nascimento Flores e Gabriel de Ávila Otero. Rio de Janeiro: Vozes, 2021.

CASTILHO, Ataliba. *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010.

CASTILHO, Ataliba; ELIAS, Vanda Maria. *Pequena gramática do português brasileiro*. 1. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2012.

CEGALLA, Domingos Pascoal. *Novíssima Gramática da Língua Portuguesa*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.

CELANI, Maria Antonieta Alba. Um desafio na Linguística Aplicada contemporânea: a construção de saberes locais. *D.E.L.T.A.*, São Paulo, v. 32, n. 2, p. 543-555, 2016.

CUNHA Celso; CINTRA, Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 5. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2016.

EL-JAICK, Ana Paula Grillo. *O ceticismo nos estudos da linguagem: sobre Contra os Gramáticos, de Sexto Empírico*. 2009. 197 f. Tese (Doutorado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/colecao.php?strSecao=resultado&nrSeq=14751&idi=1>. Acesso em: 20 abr. 2025.

FARACO, Carlos Alberto. *Norma culta brasileira: desatando alguns nós*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

FERREIRA, José Ribeiro. Educação em Esparta e Atenas: dois métodos e dois paradigmas. In: LEÃO, Delfim; FERREIRA, José Ribeiro; FIALHO, Maria do Céu. *Cidadania e Paideia na Grécia Antiga*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2010. p. 11-46. Disponível em: https://www.ispsn.org/sites/default/files/documentos-virtuais/pdf/cidadania_e_paideia_na_grecia_antiga.pdf. Acesso em: 19 abr. 2025.

FRANCHI, Carlos. *Mas o que é mesmo “gramática”?* São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

KENEDY, Eduardo. *Curso básico de Linguística Gerativa*. São Paulo: Contexto, 2013.

KRISTEVA, Julia. *História da Linguagem*. Lisboa: Edições 70, 1988.

LEÃO, Duarte Nunes do. *Ortografia e origem da língua portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1983.

LUFT, Celso Pedro. *Moderna Gramática Brasileira*. São Paulo: Globo, 2002.

NEVES, Maria Helena de Moura. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

NEVES, Maria Helena de Moura. *A gramática: história, teoria e análise, ensino*. São Paulo: Contexto, 2002.

NEVES, Maria Helena de Moura. *Que gramática estudar na escola? Norma e uso na Língua Portuguesa*. São Paulo: Contexto, 2004.

NEVES, Maria Helena de Moura. *Guia de uso do português: confrontando regras e usos*. 2. ed. São Paulo: UNESP, 2012.

NEVES, Maria Helena de M.; CASSEB-GALVÃO, Vânia C. (Orgs.). *Gramáticas contemporâneas do português: com a palavra, os autores*. Parábola Editorial, 2014.

NEVES, Maria Helena de Moura; CONEGLIAN, André V. Lopes. *Laboratório de ensino de gramática*. São Paulo: Contexto, 2023.

PINILLA, Maria Aparecida de. Classes de Palavras. *In: VIEIRA, Sílvia Rodrigues; BRANDÃO, Sílvia Figueiredo. Ensino de gramática: descrição e uso*. São Paulo: Contexto, 2009. p. 169-183.

POSSENTI, Sírio. *Por que (não) ensinar gramática na escola*. Campinas, Mercado de Letras, 1996.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*. São Paulo: José Olympio, 2011.

SANTANA, M. S. Perspectivas gerativistas para o estudo da linguagem. *Vértices*, Campos dos Goitacazes, v. 19, n. 3, 2017. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/6257/625768669003/html/>. Acesso em: 10 abr. 2025.

SILVA, Rosa Virgínia Mattos e. *Tradição gramatical e gramática tradicional*. São Paulo: Contexto, 2002.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática*. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

UNIVERSIDADE FEDERAL PELOTAS (UFPel). Letras – Português: matriz curricular. *Universidade Federal de Pelotas*, Pelotas, 2025. Disponível em: <https://institucional.ufpel.edu.br/cursos/cod/3630>. Acesso em: 10 abr. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL PELOTAS (UFPel). *Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Letras – Português*. Pelotas: UFPel, 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA (UFSM). Estrutura curricular: Licenciatura em Letras - Habilitação Português e Literaturas de Língua Portuguesa. *Universidade Federal de Santa Maria*, Santa Maria, 2025. Disponível em: <https://www.ufsm.br/cursos/graduacao/santa-maria/letras/informacoes-do-curriculo>. Acesso em: 10 abr. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA (UFSM). *Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Letras*. Santa Maria: UFSM, 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA (UNIPAMPA). Curso de Licenciatura em Letras Português e Literaturas de Língua Portuguesa: Matriz Curricular. *Universidade Federal do Pampa*, Bagé, 2025. Disponível em: <https://cursos.unipampa.edu.br/cursos/letrasportugueseliteraturas/matriz-curricular/>. Acesso em: 10 abr. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE (FURG). Conselho Universitário. *Resolução n.º 015/2009, de 26 de junho de 2009*. Dispõe sobre o Regimento Geral da Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Rio Grande: FURG, 2009. Disponível em: <https://conselhos.furg.br/resolucoes/resolucoes-2009/resolucao-015-2009>. Acesso em: 15 maio 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE (FURG). Pró-Reitoria de Graduação. *Instrução Normativa n.º 01, de 27 de agosto de 2010*. Dispõe sobre o plano de ensino online. Rio Grande: FURG, 2010. Disponível em: https://prograd.furg.br/images/Instruo_Normativa_N_01_2010.pdf. Acesso em: 15 maio 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE (FURG). *Projeto Pedagógico Institucional – 2024-2033*. Rio Grande: FURG, 2023. Disponível em: https://planejamento.furg.br/images/PPI_final_Revisado.pdf. Acesso em: 15 maio 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE (FURG). Letras Português – São Lourenço do Sul. Quadro de Sequência Lógica (QSL): 109123. *Universidade Federal do Rio Grande*, Rio Grande, 2025a. Disponível em: https://sistemas.furg.br/sistemas/paginaFURG/publico/bin/cursos/tela_qls_visual.php?cd_curso=109*1047. Acesso em: 20 fev. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE (FURG). História. *Universidade Federal do Rio Grande*, Rio Grande, 2025b. Disponível em: <https://www.furg.br/a-furg/historia>. Acesso em: 20 abr. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE (FURG). Campos São Lourenço do Sul. *Campus SLS – FURG*, São Lourenço do Sul, 2025c. Disponível em: <https://campussls.furg.br/inicio>. Acesso em: 20 abr. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (UFRGS). Currículo: Licenciatura em Letras - Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa. *Universidade Federal do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, 2025. Disponível em: <https://www1.ufrgs.br/Graduacao/xInformacoesAcademicas/curriculo.php?CodHabilitacao=109&CodCurriculo=318&sem=2021012>. Acesso em: 10 abr. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (UFRGS). *Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Letras*. Porto Alegre: UFRGS, 2025.

VALENZA, Giovanna Mazzaro. O embate analogia X anomalia no De lingua latina de Varrão. *Revista X*, Curitiba, v. 1, p. 1-16, 2007.

VIEIRA, Francisco Eduardo; FARACO, Carlos Alberto. (Orgs.). *Gramáticas brasileiras: com a palavra, os leitores*. São Paulo: Parábola, 2016.

VIEIRA, Francisco Eduardo. *A gramática tradicional: história crítica*. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2018.

VIEIRA, Francisco Eduardo. *Gramáticas brasileiras contemporâneas do português: linhas de continuidade e movimentos de ruptura com o paradigma tradicional de gramatização*. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/15665/1/TESE%20-%20Francisco%20Eduardo%20Vieira%20da%20Silva.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2025.

ANEXO A – PROPOSTA DE AVALIAÇÃO INDIVIDUAL DISSERTATIVA 1



Universidade Federal do Rio Grande – FURG
 Curso: Letras – Português e Literaturas de Língua Portuguesa
 Disciplina: Introdução à Gramática Normativa
 Profa. Dra. Aline Nardes dos Santos

Nome: _____

Introdução à Gramática Normativa: Avaliação individual dissertativa 1

1) Dentre as acepções da palavra gramática exploradas no capítulo de Antunes (2007) (seções 2.1 a 2.5), escolha três para explicar, inter-relacionar e exemplificar, em um texto único, de maneira aprofundada e teoricamente embasada:

- Seção 2.1: gramática como conjunto de regras que definem o funcionamento de uma língua
- Seção 2.2: gramática como conjunto de normas que regulam o uso da norma culta
- Seção 2.3: gramática como perspectiva de estudo dos fatos da linguagem
- Seção 2.4: gramática como disciplina de estudo
- Seção 2.5: gramática como compêndio descritivo-normativo sobre a língua

2) As tabelas a seguir foram adaptadas a partir de leituras que realizamos nesta disciplina. Analise-as e identifique posturas mais normativas e/ou mais científico-descritivas de gramática, justificando sua resposta com base nas leituras e discussões que realizamos. Traga outros exemplos que complementem seu texto.

Tabela A		Pronomes pessoais retos	Pronomes pessoais oblíquos	Tabela B		Pronomes pessoais retos	Pronomes pessoais oblíquos
Singular	1ª pessoa	eu	me, mim	Singular	1ª pessoa	eu	me, mim
	2ª pessoa	tu	te, ti		2ª pessoa	você (tu)	te (ti) (lhe)
	3ª pessoa	ele, ela	lhe, o, a, se, si		3ª pessoa	ele, ela	-
Plural	1ª pessoa	nós	nos	Plural	1ª pessoa	nós, a gente	nos (para nós), se (para a gente)
	2ª pessoa	vós	vos		2ª pessoa	vocês	-
	3ª pessoa	eles, elas	lhes, os, as, se, si		3ª pessoa	eles, elas	-

3) Leia a citação a seguir:

“Os fatos linguísticos sempre estiveram misturados à história dos povos, a seus esforços de expansão e dominação territorial e política, a suas lutas pela hegemonia cultural, a seus intentos proselitistas, a suas necessidades retóricas; enfim, as línguas foram recebendo tratamentos diversos, conforme as também diversas condições sociais e políticas dos grupos, que as tinham como marca de sua identidade.” (Antunes, 2007, p. 35)

Com base no percurso histórico da tradição gramatical sobre o qual refletimos neste bimestre, destaque alguns aspectos desse cenário e seu impacto na atualidade, em diálogo com a citação acima.

4) Aborde as continuidades entre os conceitos de *língua*, *léxico* e *gramática*, com base nas leituras que realizamos. Traga exemplos para reforçar suas explicações.

ANEXO B – PROPOSTA DE ROTEIRO DE EXPLORAÇÃO DE PREFÁCIOS E SUMÁRIOS DE GRAMÁTICAS NORMATIVAS



Universidade Federal do Rio Grande – FURG
Curso: Letras – Português e Literaturas de Língua Portuguesa
Disciplina: Introdução à Gramática Normativa
Profa. Dra. Aline Nardes dos Santos

Gramáticas escolhidas (indicar autores, título, edição e ano):

Análise de gramáticas normativas (atividade individual ou em duplas)

Escolha duas gramáticas tradicionais para analisar seus prefácios e apresentações. Faça a leitura dos textos, discuta-os em duplas ou individualmente e responda às questões. Prepare a comparação para apresentar ao grande grupo na próxima semana.

- 1) Avalie os títulos dados às gramáticas: o que anunciam?
- 2) Quem são os autores? Busque informações sobre eles para apresentar na próxima aula.
- 3) Analise o prefácio (ou apresentação e/ou introdução) das gramáticas escolhidas. Verifique se os textos explicitam ou dá indícios destes pontos:
 - a) sua postura em relação ao termo gramática;
 - b) seus objetivos;
 - c) o leitor a quem dirige a obra.
- 4) O que a gramática oferece ao leitor, de acordo com o prefácio/apresentação/introdução? Extraia citações que ilustrem esses destaques.
- 5) Como é estruturada cada gramática? A partir do sumário, veja de que partes cada uma se constitui e como essas partes se subdividem.
- 6) Extraia passagens dos textos de apresentação que ilustrem seu caráter normativo, ou um posicionamento mais brando quanto à normatividade.
- 7) Após essa análise geral, indique quais são as principais diferenças e aproximações entre as gramáticas analisadas. Explicita seu posicionamento crítico quanto à proposta de cada uma delas, com base nas leituras e discussões que realizamos até aqui.

ANEXO C – PROPOSTA DE AVALIAÇÃO INDIVIDUAL DISSERTATIVA 2



Universidade Federal do Rio Grande – FURG
 Curso: Letras – Português e Literaturas de Língua Portuguesa
 Disciplina: Introdução à Gramática Normativa
 Profa. Dra. Aline Nardes dos Santos

Nome: _____

Introdução à Gramática Normativa: avaliação individual dissertativa 2

1) Analise as citações a seguir, acerca do mesmo uso linguístico. Identifique posturas normativas e/ou descritivas de gramática em cada uma delas, justificando sua resposta.

<p>(a) Namorar – Afora a construção pronominal <i>namorar-se de</i>, motivada pela parecência com <i>enamorar-se de</i> (“Aqui Narciso em líquido cristal <i>se enamora de</i> sua formosura”), este verbo só tem a regência transitiva direta: Ele <i>namorava</i> a minha riqueza. Minha irmã <i>namora</i> um colega meu. Constitui erro construir “namorar com”.</p> <p>(Napoleão Mendes de Almeida, Dicionário de Questões Vernáculas, 1981).</p>	<p>(b) Namorar – A regência primitiva é de transitivo direto – <i>namorá-lo</i> –, aliás no sentido de 'inspirar amor a', evolução que é de <i>enamorar</i>. Puristas condenam, por isso, a regência <i>namorar com</i>, que no entanto é normal considerando-se os traços 'companhia, encontro' e 'conversa' – uso "perfeitamente legítimo, moldado em <i>casar com</i> e <i>noivar com</i>" (Aurélio).</p> <p>(Celso Luft, Dicionário Prático de Regência Verbal, 2010).</p>
<p>(c) Errado: Maria namora com Paulo. Certo: Maria namora Paulo. Por quê? A regência do verbo namorar não admite preposição. (Revista Exame, Os 50 erros de português mais comuns no mundo do trabalho, 2015)</p>	

2) Com base nas leituras que realizamos, defina, exemplifique e diferencie os termos *norma culta* e *norma-padrão*.

3) Escolha uma classe gramatical para abordar, explicitando sua definição de acordo com os critérios que vimos em Pinilla (2009). Você pode usar exemplos provenientes da sua pesquisa final nas gramáticas para ilustrar as suas explicações.

4) No início deste semestre, você foi convidado(a) a relatar as suas experiências prévias com o ensino de gramática. Após termos construído conhecimentos acerca das concepções gramaticais, escreva uma carta direcionada a um desses interlocutores(as):

- a) Ao seu eu do passado, que escreveu o relato pessoal, elencando as aprendizagens sobre gramática construídas até aqui; ou
- b) Ao seu eu do futuro, abordando a postura sobre gramática a ser adotada como docente e como falante de língua portuguesa.

ANEXO D – PROPOSTA DE ORIENTAÇÃO PARA O SEMINÁRIO SOBRE CLASSES GRAMATICAIS EM DIFERENTES GRAMÁTICAS NORMATIVAS



Universidade Federal do Rio Grande – FURG
Curso: Letras Português e Literaturas de Língua Portuguesa
Disciplina: Introdução à Gramática Normativa
Profa. Dra. Aline Nardes dos Santos

Orientações para o trabalho final

- 1) Escolher duas gramáticas normativas para comparar;
- 2) Escolher um tópico do sumário para explorar detalhadamente nas duas gramáticas, na área de morfologia – classes de palavras;
- 3) Produzir uma apresentação oral com os resultados; pode ser organizada em grupos ou individualmente;
- 4) Produzir uma resenha individual, que contenha:
 - a. Indicação da fonte (referência conforme a ABNT);
 - b. Apresentação das gramáticas de forma geral;
 - c. Credenciais dos autores;
 - d. Descrição da estrutura das gramáticas;
 - e. Exploração do tópico escolhido, em análise comparativa;
 - f. Avaliação das obras;
 - g. Recomendação das obras;
 - h. Relações entre a análise feita e os textos que estudamos ao longo do semestre.